



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES

RELATÓRIO CONTÁBIL

EXERCÍCIO DE 2024

- DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR
- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- NOTAS EXPLICATIVAS

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Ministério dos Transportes – MT

10 de fevereiro de 2025

Brasília/DF

Sumário

Lista de Tabelas.....	3
Lista de FIGURAS	3
INTRODUÇÃO	4
CONTEXTO OPERACIONAL	4
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	5
BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	8
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	8
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS.....	11
Balanço Patrimonial	11
Anexos do Balanço Patrimonial.....	12
Demonstração das Variações Patrimoniais	13
Balanço Orçamentário	14
Anexos do Balanço Orçamentário.....	16
Balanço Financeiro.....	17
Demonstração de Fluxo de Caixa	18
NOTAS EXPLICATIVAS	19
Nota 01 – Ativo Circulante e Não Circulante	19
Nota 02 – Caixa e Equivalente de Caixa.....	20
Nota 03 – Créditos a Receber de Curto Prazo	21
Nota 04 – Ativo Realizável de Longo Prazo	21
Nota 05 - Imobilizado	22
Nota 06 - Intangível	24
Nota 07 – Passivo Exigível.....	24
Nota 08 – Passivo Circulante.....	25
Nota 09 – Passivo Não Circulante	26
Nota 10 – Patrimônio Líquido	26
Nota 11 – Passivos Contingentes	27
Nota 12 – Ativos Contingentes	28
Nota 13 – Obrigações Contratuais	29
Nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA	29
Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas	30
Nota 16 – Receitas Orçamentárias.....	32
Nota 17 – Despesas Orçamentárias	35
Nota 17.1 – Índices Orçamentários.....	36
Nota 18 – Restos a Pagar.....	40
Nota 19 – Movimentação Financeira	41
Nota 20 – Resultado Financeiro do Balanço Patrimonial	42
Nota 21 – Conformidade Contábil	43



[Lista de Tabelas](#)

- Tabela 1 – Ativo – Variação e Composição
Tabela 2 – Ativo Circulante – Variação e Composição
Tabela 3 – Ativo Não Circulante – Variação e Composição
Tabela 4 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição
Tabela 5 – Demais Créditos e Valores Curto Prazo – Variação e Composição
Tabela 6 – Créditos de Longo Prazo – Variação e Composição
Tabela 7 – Outros Créditos de Longo Prazo – Variação e Composição
Tabela 8 – Imobilizado – Variação e Composição
Tabela 9 – Bens Móveis – Variação e Composição
Tabela 10 – Depreciação Acumulada Bens Móveis – Composição
Tabela 11 – Bens Imóveis – Variação e Composição
Tabela 12 – Intangível – Variação e Composição
Tabela 13 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição
Tabela 14 – Passivo Circulante – Variação e Composição
Tabela 15 – Demais Obrigações CP – Variação e Composição
Tabela 16 – Demais Obrigações LP – Variação e Composição
Tabela 17 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição
Tabela 18 – Passivos Contingentes – Variação e Composição
Tabela 19 – Ativos Contingentes – Variação e Composição
Tabela 20 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição
Tabela 21 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Variação e Composição
Tabela 22 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Variação e Composição
Tabela 23 – Resultado Patrimonial do Período – Composição
Tabela 24 – Receita Orçamentária – Realização
Tabela 24.a – Receita Orçamentária Patrimonial – Índice de Realização da Natureza de Receita
Tabela 24.b – Receita Orçamentária Patrimonial – Índice de Realização da Natureza de Receita (detalhada)
Tabela 25 – Receita Orçamentária – Comparativo
Tabela 26 – Despesa Orçamentária – Execução
Tabela 27 – Resultado Orçamentário
Tabela 28 – Restos a Pagar – Execução
Tabela 29 – Restos a Pagar – Inscritos e Reinscritos em 2024
Tabela 30 – Caixa e Equivalente de Caixa – Variação
Tabela 31 – Balanço Financeiro – Variação e Composição
Tabela 32 – Demonstração do Fluxo Financeiro – Variação e Composição
Tabela 33 – Superávit Financeiro – Ativo Financeiro x Passivo Financeiro
Tabela 34 – Superávit Financeiro – Recursos Ordinários X Recursos Vinculados
Tabela 35 – Superávit Financeiro – Por Fonte de Recursos

[Lista de FIGURAS](#)

- Figura 1 - Ativo – Composição e Variação
Figura 2 - Ativo Não Circulante – Composição e Variação
Figura 3 - Bens Móveis – Composição
Figura 4 - Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição
Figura 5 - Balanço Patrimonial – composição
Figura 6 - Resultado Patrimonial – composição
Figura 7 - Obrigações contratuais – variação e composição
Figura 8 - Resultado Patrimonial – VPA e VPD
Figura 9 - Receita Realizada X Receita Prevista 2024
Figura10 - Receita Realizada 2024 x 2023
Figura11- Despesas Executadas – Proporção
Figura12 - Despesas Executadas – Composição
Figura13 - Restos a Pagar – Execução
Figura14 - Restos a Pagar – Inscritos e Reinscritos em 2024
Figura15 - Variação do Caixa e Equivalente de Caixa



INTRODUÇÃO

O presente relatório versa sobre as demonstrações contábeis extraídas do SIAFI relativas ao exercício financeiro de 2024 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, seguidas das notas explicativas, em que são apresentadas de forma mais pormenorizada as informações e os reflexos orçamentários, financeiros e patrimoniais decorrentes das atividades ocorridas no período em análise.

CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entidade da Administração Indireta vinculada ao Ministério da Infraestrutura, foi criada pela Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, na qual lhe foi conferida o regime autárquico especial caracterizado pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos.

A ANTT tem sede e foro no Distrito Federal, domiciliada no SCES Lote 10, Trecho 3, Projeto Orla, Polo 8, CEP 70.200-003. Além da Sede, atua também nas demais áreas do território nacional por meio das Coordenações Regionais e Escritórios de Fiscalização, de acordo com o Regimento Interno (Resolução ANTT Nº 5.976, de 07/04/2022).

A ANTT tem como missão “assegurar aos usuários adequada prestação de Serviços de Transportes Terrestres” tendo como principais competências a regulação dos serviços de transportes terrestres, atuando sobre: a concessão de ferrovias, rodovias e transporte ferroviário associado à exploração da infraestrutura; a permissão do transporte coletivo regular de passageiros pelos meios rodoviário e ferroviário associados à exploração da infraestrutura; a autorização do transporte de passageiros por empresa de turismo e sob regime de fretamento, dentre outros relativos ao transporte nacional e internacional de cargas e passageiros, transporte multimodal e terminais.

Neste contexto, destaca-se a importância de que os demonstrativos contábeis da Agência retratem a sua realidade patrimonial e espelhem as atividades finalísticas, como entidade reguladora da atividade de exploração da infraestrutura ferroviária e rodoviária federal e da atividade de prestação de serviços de transporte terrestres, de forma a subsidiar as tomadas de decisões e a transparência da gestão, bem como prestar contas à sociedade, que é a principal usuária da informação contábil.



DECLARAÇÃO DO CONTADOR

As demonstrações contábeis da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT: Balanço Patrimonial; Demonstração de Variações Patrimoniais; Demonstração de Fluxo de Caixa; Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro, referentes ao exercício de 2024, estão, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com os normativos vigentes, exceto quanto aos itens mencionados nesta declaração e mais detalhadamente nas notas explicativas.

Dentre os normativos vigentes que fundamentaram as apreciações explanadas, destacam-se: a Lei 4.320/64; o Decreto 93.872/86, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP; os Manuais do SIAFI que tratam dos assuntos correspondentes; as Normas de Contabilidade Brasileira Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP; as instruções emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, levando-se também em consideração as adaptações decorrentes da adesão ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.

As análises apresentadas foram estruturadas de acordo com as orientações do Manual de Conformidade Contábil do SIAFI (Macrofunção 020315), a partir das quais foram identificados os principais impactos contábeis decorrentes das atividades da ANTT no período avaliado com os apontamentos a seguir.

O **ATIVO CIRCULANTE** está subavaliado, visto que ainda não há o reconhecimento dos créditos a receber, destacando-se os decorrentes das multas aplicadas pela Agência e os valores previstos nos contratos de concessões rodoviárias e ferroviárias. A ausência de registro deste direito distorce a composição do patrimônio e deixa de retratar os impactos das ações da entidade em relação à fiscalização da prestação de serviços e da exploração da infraestrutura de transportes. Com relação às multas aplicadas, ressalte-se que o registro desses ativos deveria ocorrer após a decisão administrativa em que se constitui definitivamente o crédito decorrente da notificação final de penalidade, conforme Manual SIAFI 020346 – Multas Administrativas. No entanto, atualmente não há possibilidade de se efetuar a comparabilidade entre os eventos ocorridos nos sistemas de controle com aqueles ocorridos no SIAFI devido à necessidade de relatórios gerenciais que demonstrem com integridade a situação dinâmica dos créditos em fase administrativa, bem como: a realização da receita em comparação com as baixas por pagamento; encaminhamentos para a dívida ativa; recursos administrativo ou judicial com efeito suspensivo à execução da multa; dentre outros. A não evidenciação desses fatos gera incoerência no Balanço Patrimonial por não haver registros de créditos a receber em fase anterior à inscrição em Dívida Ativa, sendo que tais situações também impactam no grupo do Ativo Não Circulante quando se tratar de vencimento de longo prazo.

Iniciativas para regularizar estas impropriedades estão sendo tomadas pela Superintendência de Gestão Administrativa, dentre as quais, destacam-se o processo de adesão da ANTT ao sistema "RECEITAS" em desenvolvimento pela Agência de Nacional de Aviação Civil – ANAC. Além disso, a inventariança do estoque de créditos para propiciar a conciliação e ajuste dos registros da dívida ativa.

O **ATIVO NÃO CIRCULANTE** apresenta distorções quanto à evidenciação quantitativa e qualitativa em seus subgrupos Realizável de Longo Prazo, Imobilizado e Intangível, a saber:

Ativo Realizável a Longo Prazo – ARLP: composto em 94% pelos valores da Dívida Ativa cujos lançamentos estão embasados nas informações e relatórios repassados pela Procuradoria Federal junto à ANTT – PGF-ANTT. Ainda assim, carecem de refinamentos, visto que não há informações sistemáticas seguras para distinguir as classificações de indicação para circulante e não circulante; os registros de atualização monetária posteriores à inscrição não estão sendo aplicados; os registros das baixas dos respectivos créditos são realizados pelo valor integral com as atualizações

corrigidas até a data do pagamento. O indicador utilizado para fins de ajuste de perda também necessita de refinamento de critérios para mensuração de valor que ajuste as informações conforme a real recuperabilidade dos créditos.

Assim, a conjugação destes eventos críticos indica que as informações evidenciadas não retratam com fidedignidade a realidade da Agência em relação aos créditos inscritos em dívida ativa. Outro ponto a ser considerado é que, apesar da ausência de registro anterior dos créditos a receber (em fase administrativa), o reconhecimento da Dívida Ativa estava sendo realizado, mesmo em confronto ao Manual SIAFI (Macrofunção 021112), a qual dispõe sobre a necessidade de reconhecimento dos créditos a receber anterior à evidenciação da dívida ativa nos demonstrativos.

As constatações e achados decorrentes dos trabalhos empregados para atender às recomendações do Relatório de Auditoria 04/AO/AUDIT/2023-SUDEG mostraram que, somente com adoção de sistema robusto que abarque todo o fluxo do crédito a receber é que será possível obter as informações de forma consistente e tempestiva, para a correta evidenciação nos demonstrativos contábeis.

Dado as inconsistências identificadas nos relatórios do Sapiens Dívida, a impossibilidade de gerar relatórios com discriminação dos encargos legais e a ausência de informações sistematizadas nos controles da Agência, recomendou-se a interrupção dos registros mensais, até que se disponibilizem dados fidedignos para o devido reconhecimento, considerando o roteiro contábil da evidenciação dos créditos a receber como etapa anterior aos créditos a receber inscritos em dívida ativa.

As iniciativas citadas no item anterior contemplam a busca de solução para adequação dos procedimentos da dívida ativa, visto que a inscrição/baixa em dívida ativa é uma das etapas do processo de gestão dos créditos a receber.

Ativo Imobilizado: compõe-se por Bens Móveis e Imóveis, cujos valores necessitam de atualizações para retratar a real situação deste subgrupo. Os bens móveis ainda não passaram pelo procedimento de reavaliação e/ou redução ao valor recuperável, o que impossibilita afirmar a conformidade dos valores evidenciados, pois, permanecem os registros do custo de aquisição com a respectiva depreciação. Ressaltando-se que ainda está em desenvolvimento a funcionalidade no sistema SIADS para permitir o ajuste das reavaliações, cujo monitoramento junto ao SERPRO está sendo acompanhado pelo setor responsável na ANTT.

O item que compõe o Bem Imóvel se refere ao bem da União cedido para uso das instalações do Escritório da ANTT no município de São Paulo, portanto, não contempla todos os imóveis cedidos que estão sob o controle da ANTT. Dessa forma, orientou-se, ao setor responsável pelo patrimônio, a padronização dos registros e evidenciação de todos os bens imóveis da União que estão sendo utilizados pela Agência por meio de cessão de uso e outras situações que se enquadrem como Ativo.

Ativo Intangível: carece de informações para representar com fidedignidade a realidade patrimonial da Agência no que se refere aos bens incorpóreos, destacando-se os relacionados à Tecnologia da Informação – TI, devido à ausência de registro dos Sistemas desenvolvidos internamente pela entidade. Quanto aos itens registrados como Softwares de Vida Útil Indeterminada, as áreas responsáveis estão em processo constante de revisão da vida útil e de reavaliação quanto à sua real capacidade de geração de benefício às atividades do Órgão, de onde se providenciou as baixas de itens obsoletos, além de atualização de valores.

CONTAS DE RESULTADO: outro aspecto a ser enfatizado se refere ao grupo das contas de resultado (Variação Patrimonial Ativa – VPA e Variação Patrimonial Diminutiva - VPD), tendo em vista a impossibilidade de atender, em sua integralidade, ao Princípio da Competência, apesar dos



procedimentos já adotados internamente para mitigar essa inconsistência em relação às VPDs. Ocorre que, as providências para adequar os registros das despesas, por meio da pré-liquidação, não contemplam em sua totalidade todos os fatos gerados no respectivo exercício, devido a circunstâncias externas, tais como: atrasos na entrega do documento fiscal; gargalos inerentes aos trâmites dos processos; prazo exíguo de registro antes do fechamento do mês no SIAFI, dentre outros.

Já as receitas, são registradas no SIAFI no momento de sua efetiva arrecadação no SIAFI, permitindo a evidenciação apenas sob o aspecto orçamentário. O reconhecimento por competência somente será possível mediante a implantação do sistema de gestão de créditos a receber. Para tanto, há uma demanda inicial com vistas a desenvolver módulo de registros das receitas em consonância com fato gerador, de forma a possibilitar o controle desses ativos, o que será um projeto piloto em busca da solução do controle dos créditos a receber das multas aplicadas e dos contratos concessões da ANTT.

As ocorrências enumeradas tiveram como embasamento a abrangência e o impacto na afetação das informações contábeis patrimoniais. Embora permaneçam pendentes devido às nuances e complexidades do processo de regularização, há que se ressaltar que as providências estão sendo tomadas paulatinamente à medida dos recursos disponíveis.

A CCONT/GEORF, juntamente com o apoio da CCONT/MINFRA, está atenta a todas as situações identificadas, dando conhecimento aos responsáveis, bem como orientação e acompanhamento para a devida regularização dentro do exercício, de forma a evitar as distorções que prejudiquem o entendimento e a tempestividade das informações. Trata-se, portanto, de um processo contínuo e dinâmico com vistas a garantir que as demonstrações contábeis da ANTT retratem com fidedignidade a sua real situação patrimonial, orçamentária e financeira.

Estas são as principais considerações para o período, cujos respectivos códigos de restrição registrados no SIAFI estão elencados na Nota 21.

Apresentam-se a seguir as demonstrações contábeis extraídas do SIAFI e as respectivas notas explicativas, em que se pode verificar de forma mais pormenorizada as informações e os reflexos orçamentários, financeiros e patrimoniais decorrentes das atividades da ANTT no exercício de 2023 em comparação ao exercício de 2022.

Brasília/DF, 07 de fevereiro de 2025.

CLEIDES SILVA CAMPOS FONTENELE
Contadora Responsável
CRC DF 018229/O



BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, referentes ao exercício de 2024, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As considerações apontadas foram realizadas a partir das informações obtidas com a interação e os controles das áreas organizacionais da Agência e, também, a partir dos registros realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As demonstrações analisadas se referem ao:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. IV. Balanço Financeiro (BF) e
- V. Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)

A metodologia adotada baseou-se nas análises vertical e horizontal das variações ocorridas entre o período de 01/01/2024 a 31/12/2024.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados nas demonstrações são os seguintes:

- a. Moeda funcional: os saldos das demonstrações contábeis estão apresentados pela moeda funcional da União que é o “Real”. Não há valores em moeda estrangeira.
- b. Caixa e Equivalente de Caixa: são mensurados pelo valor de custo. O saldo se refere aos valores de Limite de Saque com vinculação de pagamento relativos às Programações Financeiras e aos valores diretamente arrecadados referentes à receita própria da ANTT.
- c. Demais Créditos a Curto Prazo: composto pelos adiantamentos concedidos a pessoal referentes ao 13º salário. Ainda não estão contemplados os créditos a curto prazo decorrentes das multas por infração aplicadas pela ANTT, visto que ainda não foi desenvolvido sistema que possa fornecer essas informações de créditos a receber de forma fidedigna e tempestiva.
- d. VPDs pagas antecipadamente: composto pelo pagamento de prestação de serviços, cujo fato gerador ainda irá ocorrer conforme as datas já inseridas no cronograma de despesas.
- e. Estoques: são compostos pelos bens de almoxarifado cujo sistema utilizado para controle é o Sistema Integrado de Administração e Serviços - SIADS, que adota o Custo Médio Ponderado – CMP como o método de mensuração e avaliação das saídas dos estoques.
- f. Ativo Realizável a Longo Prazo: compreende os créditos a receber a longo prazo referente à Dívida Ativa Não Tributária registrados conforme as informações mensais repassadas pela PGF-ANTT. Conforme mencionado no item “c”, não há informações consolidadas disponíveis em relação aos créditos a receber decorrentes das multas aplicadas pela ANTT, motivo pelo qual, também não estão evidenciados no ARLP. Neste exercício ocorreu a incorporação dos valores devidos pelas Concessionárias Ponte Rio Niterói e Nova Dutra, cuja conclusão do encontro de contas foi objeto de Deliberação publicada no Diário Oficial da União.

- g. Dívida Ativa: No decorrer do exercício foram adotadas iniciativas para ajustar o saldo e procedimentos de inscrição/baixa da dívida ativa, conforme recomendações constantes do Relatório de Auditoria Interna n.º 04/2003-SUDEG. Em virtude das limitações, riscos e dificuldades deparados neste processo, além das distorções e inadequações dos relatórios do Sapiens Dívida encaminhados pela Procuradoria Federal, ponderou-se sobre a baixa do saldo dos créditos a receber inscritos em dívida ativa, visto que não refletem a realidade do órgão. Além da ausência de dados para verificabilidade e confronto das informações, identificou-se que os valores dos encargos legais são incorporados ao valor da dívida no relatório, o que distorce ainda mais a informação evidenciada. Decidiu-se também pela suspensão dos registros de inscrição e baixa de dívida ativa dos relatórios mensais encaminhados pela PF. Até março/2024 registros vinham sendo realizados, mesmo contrário ao item 2.3.8 da Macrofunção 021112.
- h. Ajuste para perdas da Dívida Ativa - LP: O histórico de recebimentos dos créditos inscritos em dívida ativa, informados pela PGF-ANTT, é a única base disponível no momento que possibilita uma metodologia do cálculo de ajuste de perdas. Contudo, dada a dificuldade de mensuração desses estoques de recebíveis, em decorrência das limitações de integração dos sistemas, o valor registrado pode não espelhar adequadamente a situação patrimonial. Faz-se necessário o aprimoramento de critérios que melhor retratem o comportamento da recuperabilidade dos créditos inscritos em dívida ativa, para fins da evidenciação do Ajuste para Perdas.
- i. Imobilizado: comprehende os bens móveis e imóveis. Os bens móveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição sujeitos à apropriação mensal de depreciação, cujo controle patrimonial é realizado pelo Sistema Integrado de Administração e Serviços - SIADS. Estes bens ainda não passaram pelo critério de reavaliação e redução ao valor recuperável, visto que esta funcionalidade ainda está em fase de implementação no SIADS. O bem imóvel registrado se refere à utilização por cessão gratuita de imóvel de propriedade da União à ANTT, para fins de instalações do Escritório da Agência no município de São Paulo, pelo prazo de 10 anos, conforme Processos SEI nº 10154.170724/2021-52/10880.032823/94-15 e Extrato de Cessão publicado na Seção 3 do DOU de 15/03/2022. O controle dos bens imóveis é realizado pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).
- j. Intangível: corresponde às licenças de marcas utilizadas pela ANTT e reconhecidas pelo custo de aquisição, bem como às aquisições de softwares com vida útil indefinida, cuja classificação é realizada conforme especificações da área técnica de Tecnologia da Informação.
- k. Depreciação e Amortização: a depreciação dos bens móveis é calculada automaticamente pelo Sistema SIADS utilizando o método de quotas constantes além da definida pela Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Para tanto, leva-se em consideração o tempo de vida útil econômica do bem, o qual é calculado em função do prazo em que é possível obter o seu retorno econômico, considerando o desgaste físico decorrente do uso e da capacidade de geração de benefícios econômicos futuros.

A amortização do intangível se refere à utilização da Marca da ANTT cujo método adotado é o de quotas constantes com base no prazo de vigência de uso.

O registo da depreciação de bens imóveis decorre da transferência, via SPIUnet, do imobilizado de propriedade da União concedido à ANTT para instalações do Escritório Regional de SP.

Cabe destacar que os procedimentos para registro da depreciação e amortização na Administração Pública Direta da União, suas Autarquias e Fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP e a Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional. Especificamente no caso dos bens

imóveis, a depreciação é calculada segundo o Parábola de Kuntzle, conforme Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

- I. Passivo Circulante: compreende as obrigações de curto prazo envolvendo os Fornecedores Nacionais e demais créditos de curto prazo, cujos registros foram reconhecidos pelo valor apresentado em documento hábil próprio, primando pelo atendimento ao Princípio da Competência, sempre que possível.
- m. Passivo Não Circulante: composto pela provisão de indenizações de riscos cíveis, calculada e atualizada conforme os critérios técnicos e valores informados pela respectiva área responsável.
- n. Ativos e Passivos Contingentes: embora não sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis, os registros nas contas de controles são registrados com base na relevância dos valores que porventura poderão impactar o patrimônio da ANTT, levando-se em consideração a sua provável realização. Houve no exercício, a reversão de valores do ativo e passivo contingentes, decorrentes da conclusão do encontro de contas de contratos de concessionárias, os quais passaram a se configurar como outros créditos a receber e demais obrigações, ambos de longo prazo.
- o. Resultado Patrimonial: o cálculo do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). O resultado do exercício de 2024 foi negativo em R\$ 3.335.846.448. Esta situação ocorreu em função do recolhimento por parte da VALE S.A. no valor R\$ 4 bilhões, por antecipação de recursos a título de Ajuste Regulatório Preliminar nos termos contratuais da concessão da Estada de Ferro Carajá.
- p. Passivo a Descoberto: o passivo a descoberto no valor de R\$ 3.352.720.174 ocorreu devido à incorporação do passivo dos R\$ 4 bilhões recolhidos pela empresa VALE S.A. citado acima, cujos valores foram evidenciados no passivo de longo prazo.
- q. Resultado Orçamentário: o resultado orçamentário decorre do confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário e é calculado pela diferença entre a receita realizada e a despesa empenhada no exercício. O exercício de 2024 apresentou um resultado orçamentário superavitário em R\$ 3.341.402.765.
- r. Resultado Financeiro: o resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da entidade. No Balanço Financeiro é possível realizar a apuração do resultado financeiro, bem como na Demonstração dos Fluxos de Caixa. O aumento na conta de Limite de saque em 2024 foi no valor de R\$ 205.880.503.
- s. Outro resultado financeiro apurado no BP é resultante do saldo dos recursos disponíveis em caixa deduzidos do saldo dos compromissos financeiros, acrescido dos valores inscritos em restos a pagar, conforme previsto na Lei 4.320/1964. Este cálculo leva em consideração a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, cujo resultado no período também foi superavitário, apurando-se o valor de R\$. 827.943.434.

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial – BP demonstra a composição do patrimônio da ANTT, evidenciando os bens e direitos no Ativo e suas obrigações no Passivo.

ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO	Nota	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE	01	984.122.866	769.172.902	PASSIVO CIRCULANTE	08	531.445.496	554.551.595
Caixa e Equivalentes de Caixa	02	969.873.037	763.992.534	Obrig.Trab. Prev.Assist. a Pagar		26.896.833	26.700.411
Créditos a Curto Prazo	03	3.024.449	4.004.858	Fornecedores e Contas a Pagar		3.531.006	7.719.891
Demais Créditos e Valores		3.024.449	4.004.858	Demais Obrigações a Curto Prazo		501.017.657	520.131.294
Demais Créditos e Valores		3.024.449	-			-	
Estoques		1.341.445	903.128				
VPDs Pagas Antecipadamente		9.883.935	272.382				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	01	3.635.203.439	2.934.316.199	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	09	7.440.600.983	3.460.749.640
Ativo Realizável a Longo Prazo	04	3.541.389.149	2.840.865.576	De mais Obrigações a Longo Prazo		7.440.600.983	3.460.749.640
Créditos a Longo Prazo	04	3.541.389.149	2.840.865.576				
Dívida Ativa Não Tributária	04	3.406.686.364	2.922.984.258				
Dívida Ativa Não Tributária		3.488.805.046	-				
(-) Ajuste Perdas Dív.Ativa		(82.118.682)	-				
Demais Créditos e Valores	04	134.702.785	-				
Demais Créditos e Valores		134.702.785	-				
(-) Ajustes para Perdas Créditos			(82.118.682)				
Imobilizado	05	54.489.981	57.637.213	TOTAL PASSIVO EXIGÍVEL	07	7.972.046.479	4.015.301.235
Bens Móveis		46.789.559	50.900.423				
Bens Móveis		134.614.390	135.619.628				
(-) Deprec Acum. de Bens Móveis		(87.824.831)	(84.719.205)				
Bens Imóveis		7.700.422	6.736.790	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	2024	2023
Bens Imóveis		7.793.082	6.814.785	Demais Reservas		4.886.894	
(-) Deprec Acum. de Bens Imóveis		(92.660)	(77.995)	Resultados Acumulados		(3.357.607.068)	(311.812.133)
Intangível	06	39.324.309	35.813.410	Resultados Acumulados		-3.357.607.068,36	-311.812.133,49
Softwares		39.324.309	35.813.368	Resultado do Exercício		(3.335.846.448)	618.262.073
Softwares		39.324.309	35.813.368	Resultados de Exercícios Anteriores		(316.699.027)	3.365.665.686
Marcas, Direitos e Patentes		(0)	42	Ajustes de Exercícios Anteriores		294.938.407	(4.295.739.892)
Marcas, Direitos e Patentes		396	438				
Marcas, Direitos e Patentes		396	438				
(-) Amortização Acumulada		(396)	(396)	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(3.352.720.175)	(311.812.133)
TOTAL DO ATIVO		4.619.326.305	3.703.489.102	TOTAL PASSIVO e PL		4.619.326.305	3.703.489.102

Anexos do Balanço Patrimonial

Os anexos do BP demonstram: os saldos patrimoniais financeiros e permanentes; os saldos das contas de controle dos atos que poderão a vir afetar a situação patrimonial; e o resultado financeiro, que no exercício de 2024 foi superavitário em R\$ 827.943.434. (ver detalhes na NOTA 20).

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES						
ATIVO	Nota	2024	203	PASSIVO	2024	203
ATIVO FINANCEIRO	20	969.873.037,40	763.992.534,23	PASSIVO FINANCEIRO	141.929.603,08	133.123.829,64
ATIVO PERMANENTE		3.649.453.267,24	2.939.496.567,35	PASSIVO PERMANENTE	7.911.700.987,70	3.982.008.914,14
SALDO PATRIMONIAL		3.434.304.286	411.643.642	SALDO PATRIMONIAL	8.053.632.615	4.115.132.947

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - Contas de Controle							
ATIVO	Nota	2024	203	PASSIVO	Nota	2024	203
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	13	3.895.528.040	3.895.522.664	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	13	1.455.339.218	787.148.393
Atos Potenciais Ativos		3.895.528.040	3.895.522.664	Atos Potenciais Passivos		1.455.339.218	787.148.393
Garantias e Contragarantias Re		3.895.522.664	3.895.522.664	Garant e Contragarant Conc		-	-
Direitos Conv e Instrum Congên.		5.376	-	Obrig Conv Instrum Congên.		-	-
Direitos Contratuais	-	-	-	Obrigações Contratuais		1.455.339.218	787.148.393
TOTAL		3.895.528.040	3.895.522.664	TOTAL		1.455.339.218	787.148.393

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Nota	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários		(17.005.024)
Recursos Vinculados		844.948.458
Seguridade Social (Exceto Previdência)		(137.837)
Previdência Social (RPPS)		(348.122)
Fundos, Órgãos e Programas		845.434.417
TOTAL	20	827.943.434



Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP evidencia as alterações apresentadas no patrimônio, deduzindo-se a Variação Patrimonial Aumentativa da Diminutiva, cujo resultado patrimonial do exercício foi negativo em 3.335.846,448. Ou seja, a VPD registrada no período foi superior à VPA.

VARIACÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14	6.498.894.974,37	2.300.277.304,57
Taxas		33.637.039,94	7.689.286,03
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		5.336.595.551,98	1.302.834.158,83
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		5.336.595.551,98	1.302.834.158,83
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		56.485,54	514.590,77
Juros e Encargos de Mora		56.485,54	514.590,77
Transferências e Delegações Recebidas		803.488.946,38	606.705.566,79
Transferências Intragovernamentais		802.233.594,93	606.705.566,79
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.255.351,45	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de		1.728.553,12	5.034.712,76
Ganhos com Alienação		-	1.888.012,25
Ganhos com Incorporação de Ativos		1.723.177,37	3.081.673,71
Ganhos com Desincorporação de Passivos		5.375,75	65.026,80
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		323.388.397,41	377.498.989,39
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		323.388.397,41	377.498.989,39
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	15	9.834.741.422,09	1.682.015.231,57
Pessoal e Encargos		254.673.977,15	251.743.726,94
Remuneração a Pessoal		201.787.377,69	201.386.422,05
Encargos Patronais		39.661.889,60	39.753.063,36
Benefícios a Pessoal		11.697.506,13	8.501.166,89
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		1.527.203,73	2.103.074,64
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		32.457.364,98	29.843.702,02
Aposentadorias e Reformas		24.081.827,44	22.568.355,44
Pensões		6.188.645,01	5.423.716,18
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.186.892,53	1.851.630,40
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		274.517.290,54	290.345.155,84
Uso de Material de Consumo		2.252.806,65	1.685.025,37
Serviços		264.714.190,32	280.919.603,00
Depreciação, Amortização e Exaustão		7.550.293,57	7.740.527,47
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		28.558.220,37	11.145.471,62
Juros e Encargos de Mora		7.648,29	414,44
Descontos Financeiros Concedidos		28.550.572,08	11.145.057,18
Transferências e Delegações Concedidas		5.182.471.313,78	978.554.678,66
Transferências Intragovernamentais		5.181.680.752,29	978.133.680,01
Transferências Intergovernamentais		29.500,00	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		761.061,49	420.998,65
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		4.057.185.749,08	116.335.538,08
Perdas com Alienação		409.924,45	-
Perdas Involuntárias		648.979,56	2.502.375,62
Incorporação de Passivos		4.000.403.838,77	-
Desincorporação de Ativos		55.723.006,30	113.833.162,46
Tributárias		4.561.683,82	4.000.020,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		810.224,32	788.110,27
Contribuições		3.751.459,50	3.211.909,96
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		315.822,37	46.938,18
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		315.822,37	46.938,18
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		-3.335.846.447,72	618.262.073,00

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é o principal demonstrativo de análise do orçamento no período, do qual se pode verificar a capacidade de realização da receita (o que foi arrecadado em relação ao previsto) e a execução da despesa (o valor executado em relação ao valor fixado). (ver detalhes na NOTA 16).

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	16	35.545.658.515	35.545.658.515	3.920.014.818	-31.625.643.697
Receitas Tributárias		1.224.546	1.224.546	21.724.794	20.500.248
Taxas		1.224.546	1.224.546	21.724.794	20.500.248
Receita Patrimonial		34.958.204.520	34.958.204.520	3.289.823.575	-31.668.380.945
Delegação de Serviços Públicos		34.958.204.520	34.958.204.520	3.289.823.575	-31.668.380.945
Receitas de Serviços		368.208.876	368.208.876	334.750.269	-33.458.607
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		368.208.876	368.208.876	334.750.269	-33.458.607
Outras Receitas Correntes		218.020.573	218.020.573	273.716.180	55.695.607
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		218.002.677	218.002.677	273.525.219	55.522.542
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		17.896	17.896	190.961	173.065
TOTAL		35.545.658.515	35.545.658.515	3.920.014.818	-31.625.643.697
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-		-42.373.006	-	42.373.006
Superavit Financeiro	-		16.018.678	-	-
Excesso de Arrecadação	-		-	-	-
Créditos Cancelados	-		-58.391.684	-	-

A realização da Receita foi de 577,49% em relação ao previsto. A execução da despesa, sem considerar a reserva de contingência, atingiu 99,71%. Assim, o resultado orçamentário no período foi superavitário em R\$ 3.341.402,765. (ver detalhes na NOTA 17).

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	17	613.257.263	573.346.071	571.671.024	518.920.289	485.770.007	1.675.047
Pessoal e Encargos Sociais		280.435.784	277.499.780	277.464.780	271.852.499	249.816.380	35.000
Outras Despesas Correntes		332.821.479	295.846.291	294.206.244	247.067.790	235.953.627	1.640.047
DESPESAS DE CAPITAL		9.409.880	6.948.066	6.941.029	1.223.258	1.223.258	7.037
Investimentos		9.409.880	6.948.066	6.941.029	1.223.258	1.223.258	7.037
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		35.200.005.647	35.200.005.647	-	-	-	35.200.005.647
SUBTOTAL DAS DESPESAS		35.822.672.790	35.780.299.784	578.612.053	520.143.547	486.993.265	35.201.687.731
SUPERAVIT				3.341.402.765			(3.341.402.765)
TOTAL		35.822.672.790	35.780.299.784	3.920.014.818	520.143.547	486.993.265	31.860.284.966

Anexos do Balanço Orçamentário

Os anexos do BO demonstram a execução dos restos a pagar processados e não processados relativos aos exercícios anteriores. (ver detalhes NOTA 18).

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	Inscritos Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2023	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	18	21.105.544	74.530.967	51.948.107	51.940.989	20.563.797	23.131.725
Pessoal e Encargos Sociais		141.699	1.330.875	180.032	180.032	141.699	1.150.843
Outras Despesas Correntes		20.963.845	73.200.092	51.768.075	51.760.958	20.422.098	21.980.882
DESPESAS DE CAPITAL		11.225	7.269.743	6.961.013	6.927.414	11.245	342.309
Investimentos		11.225	7.269.743	6.961.013	6.927.414	11.245	342.309
TOTAL		21.116.769	81.800.710	58.909.119	58.868.404	20.575.042	23.474.034

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Despesas Orçamentárias		Inscritos em Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2023	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	18	2.932.096	27.259.915	27.645.344	1.030.253	1.516.414
Pessoal e Encargos Sociais		1.591	22.136.496	22.129.322	-	8.765
Outras Despesas Correntes		2.930.505	5.123.419	5.516.022	1.030.253	1.507.649
DESPESAS DE CAPITAL		-	4.750	4.750	-	-
Investimentos		-	4.750	4.750	-	-
TOTAL		2.932.096	27.264.665	27.650.094	1.030.253	1.516.414

Balanço Financeiro

O resultado financeiro apurado no BF demonstra o detalhamento dos gastos em que foram empregados os recursos financeiros no período.

BALANÇO FINANCEIRO						
INGRESSOS	Nota	2024	2023	DISPÊNDIOS	2024	2023
Receitas Orçamentárias	19	3.920.014.818	944.470.211	Despesas Orçamentárias	578.612.053	598.533.318
Ordinárias	-		-	Ordinárias	278.221.944	103.044.864
Vinculadas		3.951.363.438	956.638.191	Vinculadas	300.390.108	495.488.453
Previdência Social (RPPS)	-		-	Seguridade Social (Exceto Previd)		6.303.475
Rec Vinc Fundos, Órgãos, Prog.		3.951.363.438	956.638.191	Previdência Social (RPPS)	14.382.830	-
(-) Deduções Receita Orçamentária		-31.348.620	-12.167.981	Rec Vinc Fundos, Órgãos, Prog.	286.007.278	489.184.978
Transferências Financeiras Recebidas		801.983.603	606.705.567	Transferências Financeiras Concedidas	5.178.975.040	977.887.653
Resultantes da Execução Orçamentária		352.029.677	212.017.092	Resultantes da Execução Orçamentária	1.229.845	1.073.070
Cota Recebida		351.425.415	212.001.658			
Repasso Recebido		604.261	15.434	Repasso Concedido	1.229.845	1.073.070
Independentes da Exec Orçamentária		449.953.927	394.688.474	Independentes da Exec Orçamentária	5.177.745.195	976.814.584
Transf Recebidas Pagto RP		27.660.838	44.967.511	Transf Concedidas Pagto RP		39.450
Demais Transferências Recebidas		137.094	193.477	Demais Transferências Concedidas		1.423.993
Movimentação de Saldos Patrimoniais		422.155.994	349.527.486	Movimento de Saldos Patrimoniais	5.177.705.745	975.390.591
Recebimentos Extraorçamentários		1.330.882.678	113.490.188	Pagamentos Extraorçamentários	89.413.504	88.510.534
Inscrição dos RPP a Pagar		33.150.282	27.212.720	Pagamento dos RPP Processados	27.650.094	20.794.869
Inscrição dos RPNP		58.468.506	81.800.710	Pagamento dos RPNP	58.868.404	67.139.539
Dep Restituíveis e Valores Vinculados		25.750.064	284.116	Dep Restituíveis e Valores Vinculados		434.982
Outros Receb Extraorçamentários		1.213.513.827	4.192.641	Outros Pagto Extraorçamentários	2.460.025	292.010
Restituições a Pagar			383	Pagto Restituições de Exer. Ant.		383
Arrecadação de Outra Unidade		1.213.513.827	4.192.258	Demais Pagamentos	2.459.642	292.010
Saldo do Exercício Anterior	19	763.992.534	764.258.074	Saldo para o Exercício Seguinte	969.873.037	763.992.534
Caixa e Equivalentes de Caixa		763.992.534	764.258.074	Caixa e Equivalentes de Caixa	969.873.037	763.992.534
TOTAL		6.816.873.634	2.428.924.039	TOTAL	6.816.873.634	2.428.924.039



Demonstração de Fluxo de Caixa

A DFC detalha os elementos que compõem os custos operacionais e de investimentos empregados para viabilizar o desempenho das atividades do órgão, no qual se verifica a variação de recursos disponíveis no caixa (conta limite de saque). (ver detalhes na NOTA 19).

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA			
	Nota	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	19	214.035.926	14.829.130
INGRESSOS		5.961.262.312	1.553.764.522
Receita Tributária		21.724.794	5.334.746
Receita Patrimonial		3.289.823.575	430.474.396
Receita de Serviços		334.750.269	303.724.667
Outros Ingressos Operacionais		2.041.247.494	611.182.324
Ingressos Extraorçamentários		25.750.064	284.116
Restituições a Pagar			383
Transferências Financeiras Recebidas		801.983.603	606.705.567
Arrecadação de Outra Unidade		1.213.513.827	4.192.258
DESEMBOLSOS		-5.747.226.386	-1.538.935.392
Pessoal e Demais Despesas		-528.045.742	-523.280.528
Previdência Social		-29.251.967	-27.396.152
Saúde		-	-14.689
Direitos da Cidadania		-604.261	-
Indústria		-	-15.434
Transporte		-498.109.254	-495.777.897
Encargos Especiais		-80.260	-76.356
Transferências Concedidas		-37.310.598	-37.191.085
Intragovernamentais		-37.281.098	-37.191.085
Outras Transferências Concedidas		-29.500	-
Outros Desembolsos Operacionais		-5.181.870.046	-978.463.780
Dispêndios Extraorçamentários		-434.982	-284.116
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		-383	-
Transferências Financeiras Concedidas		-5.178.975.040	-977.887.653
Demais Pagamentos		-2.459.642	-292.010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	19	-8.155.423	-15.094.670
INGRESSOS		-	1.888.012
Alienação de Bens		-	1.888.012
DESEMBOLSOS		-8.155.423	-16.982.682
Aquisição de Ativo Não Circulante		-4.636.334	-13.809.158
Outros Desembolsos de Investimentos		-3.519.088	-3.173.524
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	19	205.880.503	-265.540
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		763.992.534	764.258.074
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		969.873.037	763.992.534

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Ativo Circulante e Não Circulante

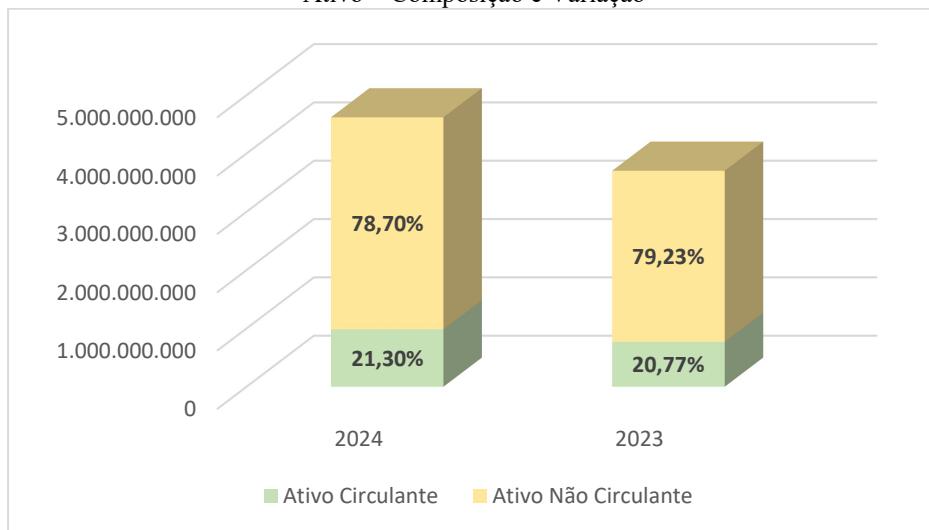
A classe do Ativo compõe-se de 21,30% de Ativo Circulante e de 78,70% de Ativo Não Circulante. No total houve um acréscimo de 24,73% no período de 31/12/2023 a 31/12/2024, sendo que o aumento do grupo Circulante foi de 27,95%, já o Não Circulante aumentou em 23,89% (Tabela1). Os elementos que influenciaram tais variações serão abordados neste relatório.

Tabela 1 – Ativo – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Ativo Circulante	984.122.866	769.172.902	27,95%	21,30%
Ativo Não Circulante	3.635.203.439	2.934.316.199	23,89%	78,70%
TOTAL DO ATIVO	4.619.326.305	3.703.489.102	24,73%	100,00%

Fonte: SIAFI

Ativo – Composição e Variação



Os subgrupos que compõem o Ativo Circulante estão relacionados na Tabela 02 com as suas respectivas variações.

Tabela 2 – Ativo Circulante – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Caixa e Equivalentes de Caixa	969.873.037	763.992.534	26,95%	98,55%
Demais Créditos e Valores CP	3.024.449	4.004.858	-24,48%	0,31%
Estoques	1.341.445	903.128	48,53%	0,14%
VPDs de Serviços Pagos Antecipadamente	9.883.935	272.382	3529,70%	1,00%
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	984.122.866	769.172.902	27,95%	100,00%

Fonte: SIAFI

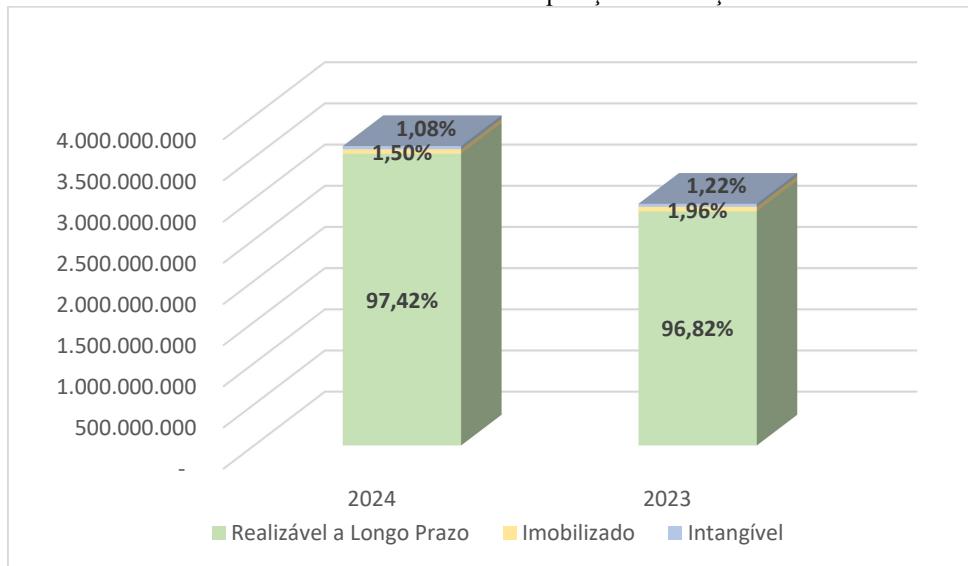
A variação relevante no subitem de VPD de Serviços Pagos Antecipadamente se deve à apropriação dos serviços contratados de fornecimento de solução de tecnologia da informação.

Tabela 3 – Ativo Não Circulante – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Realizável a Longo Prazo	3.541.389.149	2.840.865.576	24,66%	97,42%
Imobilizado	54.489.981	57.637.213	-5,46%	1,50%
Intangível	39.324.309	35.813.410	9,80%	1,08%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.635.203.439	2.934.316.199	23,89%	100,00%

Fonte: SIAFI

No que se refere ao Ativo Não Circulante (Tabela 3), a maior composição deste grupo corresponde ao subgrupo Realizável de Longo Prazo (97,42%), o qual é composto em sua quase totalidade pelos registros da Dívida Ativa (93,71%) e os demais valores se referem ao reconhecimento de créditos a receber das Concessionárias de rodovias, decorrentes do encontro de contas de haveres e deveres de final de contrato.

Ativo Não Circulante – Composição e Variação


Nota 02 – Caixa e Equivalente de Caixa

O subgrupo Caixa & Equivalente de Caixa é composto pelos recursos arrecadados da Fonte própria e pelos liberados pelo Tesouro, destacando-se a maior representatividade para a Fonte 1050, que tem como principal arrecadação os valores pagos pelas concessionárias de rodovias, conforme previsão contratual.

Tabela 4 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição

FONTE	UG 393001 – Setorial Financeira	AV
1000	20.064.856,04	2,12%
1050	920.226.530,83	97,42%
1051	2.644.320,96	0,28%
1056	1.622.247,13	0,17%
Total	944.557.955	100,00%

Fonte: SIAFI



Nota 03 – Créditos a Receber de Curto Prazo

Os valores que compõem este subgrupo estão relacionados na Tabela 5. O saldo de Adiantamento de 13º decorre do pagamento da antecipação em 31/12/2024 aos servidores que solicitaram férias com pedido de antecipação da primeira parcela do décimo terceiro referente ao exercício de 2025.

Em relação aos créditos a receber, ainda não há informações sistematizadas para efetuar os registros de forma fidedigna. No decorrer do exercício foram envidados esforços para atender às recomendações de auditoria (Relatório de Auditoria nº 04/AO/AUDIT/2023-SUDEG), cujas medidas corretivas impactariam em todo o processo desses registros – desde o reconhecimento do crédito em consonância com o fato gerador até a sua extinção seja por pagamento, perda, decisão judicial, integrando nesse fluxo os registros em dívida ativa, quando for o caso.

Ocorre que, a gestão desses créditos somente será possível mediante uma solução de tecnologia que abarque a complexidade de todo o processo de cobrança das multas aplicadas e demais valores a receber de direito da Agência, motivo pelo qual não foi possível atender às recomendações da AUDIT.

A Superintendência de Gestão Administrativa está empregando esforços para possibilitar o ajuste dessas informações. Dentre as iniciativas adotadas, está em andamento a adesão da ANTT ao sistema "RECEITAS" em desenvolvimento pela Agência de Nacional de Aviação Civil – ANAC. Além da inventariança do estoque de créditos para propiciar a conciliação e ajuste dos registros da dívida ativa, bem como, o início ao reconhecimento dos créditos a receber.

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
13º Adiantamento	2.418.246	3.457.826	-30,06%	79,96%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	606.202	547.033	10,82%	20,04%
TOTAL DEMAIS CRÉDITOS E VALORES CP	3.024.449	4.004.858	-19,25%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 04 – Ativo Realizável de Longo Prazo

Os valores da Dívida Ativa são registrados com base nos relatórios extraídos do Sistema SAPIENS da AGU e encaminhados mensalmente pela Procuradoria Federal/ANTT. Diante do trabalho da AUDIT, identificou-se a necessidade de ajustes nos procedimentos de registro e controle dos créditos da Dívida Ativa Não Tributária da Agência, cujos achados, constatações e recomendações constam do Relatório de Auditoria 04/AO/AUDIT/2023-SUDEG.

Várias tentativas foram buscadas para atender às medidas corretivas. Porém, as ações adotadas não contemplaram as demandas de auditoria devido às limitações tecnológicas; à dispersão, volume e complexidade dos dados; às divergências nos relatórios Sapiens-Dívida, dentre outras situações.

Assim, suspendeu-se o registro mensal dos dados encaminhados pela PF/ANTT, visto as divergências e a impossibilidade de extrair os encargos legais, além do confronto ao item 2.3.8 do Manual SIAFI, (Macrofunção 021112). Até o mês de março/2024 estavam sendo registrados os valores da dívida ativa sem o reconhecimento anterior dos créditos a receber. A decisão pela suspensão desses registros se deve às impropriedades vultosas identificadas no decorrer do processo que impactam sobremaneira a informação contábil, dado as distorções e a



impossibilidade de verificar a consistência do saldo da dívida ativa a receber e do ajuste para perdas.

Tabela 6 – Créditos a Longo Prazo – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Dívida Ativa Não Tributária	3.488.805.046	2.922.984.258	19,36%	102,41%
(-) Ajustes para Perdas de Créditos LP	-82.118.682	-82.118.682	0,00%	-2,35%
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.406.686.364	2.840.865.576	19,92%	100,06%

Fonte: SIAFI

O registro em Outros Créditos de Longo Prazo foi realizado após revisão dos procedimentos contábeis relativos aos fatos que envolvem os contratos encerrados de concessões rodoviárias. Assim, os valores das Concessionárias Ponte Rio-Niteroi (PRN) e NOVA DUTRA (ND) foram incorporados ao Ativo, devido à conclusão das apurações e os respectivos fatos geradores constituídos mediante as deliberações ANTT publicadas no Diário Oficial da União.

Tabela 7 – Outros Créditos a Longo Prazo – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
00.861.626/0001-92 - ND CONCESSOES E PARTICIPACOES LTDA	130.288.231	-	-	96,72%
00358042000107 PRN CONCESSOES E PARTICIPACOES LTDA	4.414.553	-	-	3,28%
TOTAL OUTROS CRÉDITOS A RECEBER LP	134.702.785	-	-	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 05 - Imobilizado

O Imobilizado da ANTT está composto por bens móveis e bens imóveis, totalizando o valor líquido de R\$ 54.489.981 (deduzido das respectivas depreciações).

Tabela 8 – Imobilizado – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Bens Móveis	46.789.559	50.900.423	-8,08%	85,87%
Bens Imóveis	7.700.422	6.736.790	14,30%	14,13%
TOTAL DO IMOBILIZADO – VR líquido contábil	54.489.981	57.637.213	-5,46%	100,00%

Fonte: SIAFI

5.1 BENS MÓVEIS

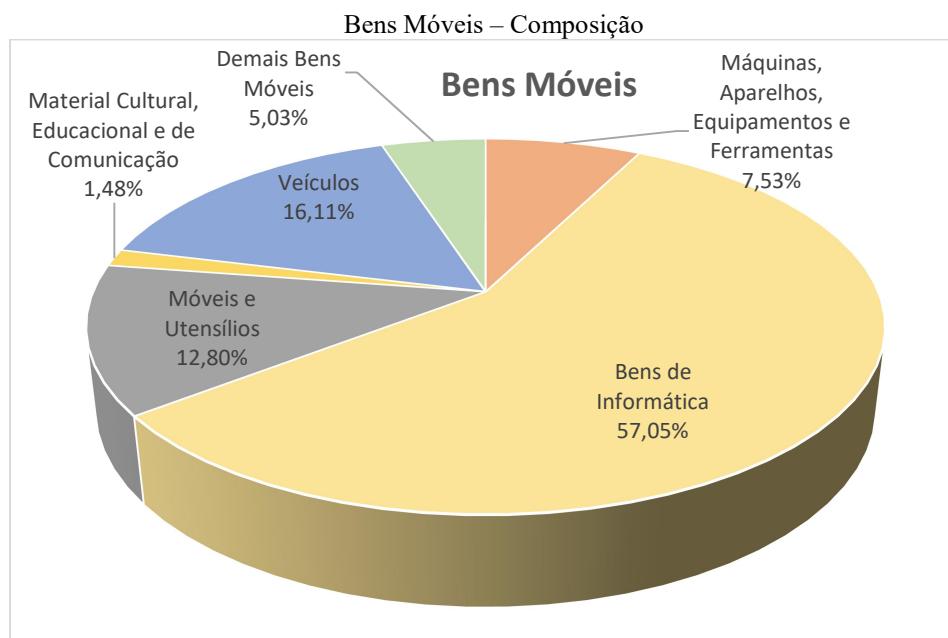
Os bens móveis estão registrados pelo critério do custo de aquisição com a respectiva depreciação. O critério de mensuração (reavaliação/redução ao valor recuperável) destes bens ainda não foi revisto, visto que a funcionalidade para permitir estes registros está em desenvolvimento no SIADS.

O saldo dos bens móveis é apresentado no SIAFI de acordo a natureza do bem, conforme as categorizadas abaixo. O sistema SIADS possui o registro individual de cada bem com as características, valores, data da incorporação, número do patrimônio e demais informações necessárias para o controle e gestão patrimonial de forma eficiente.

Tabela 9 – Bens Móveis – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10.142.790	10.183.547	-0,40%	7,53%
Bens de Informática	76.791.649	74.520.134	3,05%	57,05%
Móveis e Utensílios	17.232.262	17.382.656	-0,87%	12,80%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.989.399	1.950.635	1,99%	1,48%
Veículos	21.684.479	24.201.519	-10,40%	16,11%
Bens Móveis em Almoxarifado	-	215.816	100,00%	0,00%
Demais Bens Móveis	6.773.811	6.904.868	-1,90%	5,03%
Depreciação Acumulada de Bens Móveis	-	87.824.831	-0,01%	-65,24%
TOTAL BENS MÓVEIS VALOR LÍQUIDO	46.789.559	47.529.638	-1,56%	34,76%
TOTAL BENS MÓVEIS VALOR BRUTO	134.614.390	101.413.505	32,74%	100,00%

Fonte: SIAFI - * a análise vertical foi realizada com base no valor bruto dos bens móveis, desconsiderando o valor depreciado.



5.2 DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS

A depreciação dos bens móveis é calculada automaticamente pelo Sistema SIADS utilizando o método de quotas constantes mediante definida pela Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em que se leva em consideração o tempo de vida útil econômica do bem, o desgaste físico decorrente do uso e da capacidade de geração de benefícios econômicos futuros.

Tabela 10 – Depreciação Acumulada Bens Móveis – Composição

	31/12/2024
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	-5.508.616
Bens de Informática	-57.353.864
Móveis e Utensílios	-12.498.392
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	-1.393.437
Veículos	-5.212.650
Demais Bens Móveis	-5.857.872
TOTAL BENS MÓVEIS	-87.824.831

Fonte: SIAFI



5.3 BENS IMÓVEIS

O registro do imobilizado se refere à cessão gratuita de imóvel de propriedade da União à ANTT, para fins de instalações do Escritório da Agência no município de São Paulo, pelo prazo de 10 anos, conforme Processos SEI nº 10154.170724/2021-52/10880.032823/94-15 e Extrato de Cessão publicado na Seção 3 do DOU de 15/03/2022. O imóvel sob as matrículas nº 91703 e 91704 e o RIP nº 7107.00537.500-4.

Tabela 11 – Bens Imóveis – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Bens Imóveis	7.793.082	6.814.785	-	101,20%
(-) Depreciação/Amortização	-92.660	-77.995	-	-1,20%
TOTAL DOS BENS IMÓVEIS	7.700.422	6.736.790	-	100,00%

Fonte: SIAFI

Verifica-se que o imóvel já foi depreciado em 1,20% do seu valor histórico original, cujos cálculos são automaticamente realizados pelos critérios definidos no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Há que se ressalvar a ausência do registro de demais bens imóveis de propriedade da União e que estão cedidos para utilização da ANTT. A demanda para ajuste dessa informação e evidenciação nos demonstrativos da Agência foi encaminhada para a área de controle patrimonial.

Nota 06 - Intangível

O subgrupo de intangíveis compreende os direitos classificados como bens incorpóreos. O saldo deste grupo no SIAFI se refere às aquisições de licenças de softwares com utilização por prazo indeterminado, conforme indicação técnica da área de Tecnologia da Informação – TI da ANTT. Os ativos dos sistemas desenvolvidos internamente não estão evidenciados pela ausência de informações, cuja demanda para a área competente já foi encaminhada.

Tabela 12 – Intangível – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Softwares com Vida Útil Indefinida	39.324.309	35.813.368	9,80%	100,00%
Marcas/Direitos e Patentes	396	438	-9,68%	0,00%
(-) Amortização Acumulada Marcas, Direitos Pat.	-396	-396	0,00%	0,00%
TOTAL BENS INTANGÍVEIS	39.324.309	35.813.410	9,80%	100,00%

Fonte: SIAFI

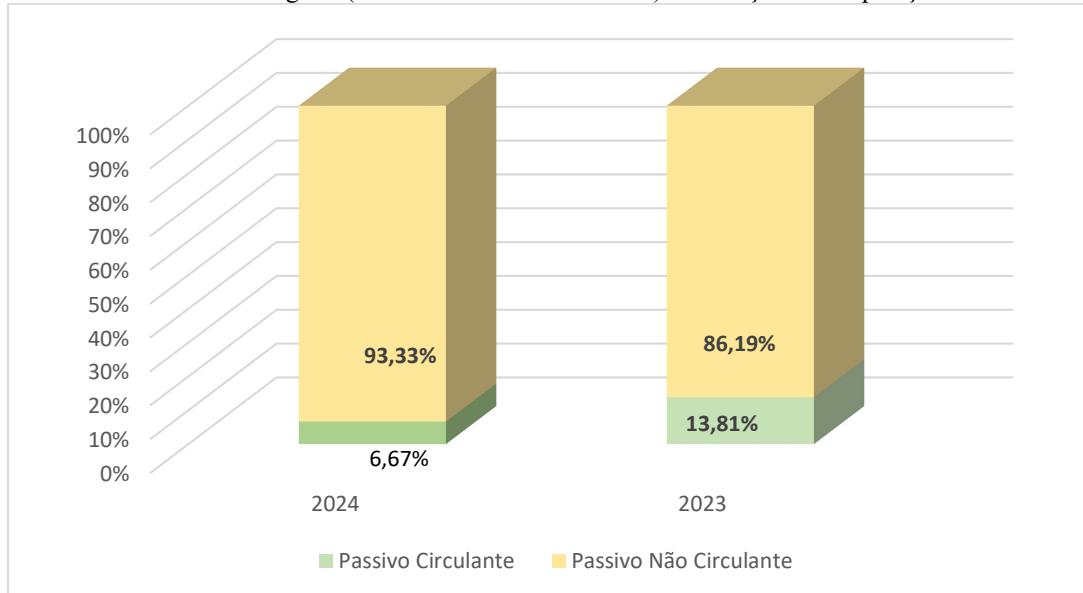
Nota 07 – Passivo Exigível

A classe do Passivo compõe-se de 6,67% de Circulante e 93,33% de Não Circulante. O aumento relevante do Passivo se deve ao registro de receita antecipada efetuada pela VALE S.A. (Estrada de Ferro Carajá – EFC) no valor de R\$ 4 bilhões de reais, cujos detalhes constam na Nota 09.

Tabela 13 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Passivo Circulante	531.445.496	554.551.595	-4%	6,67%
Passivo Não Circulante	7.440.600.983	3.460.749.640	115%	93,33%
TOTAL DO PASSIVO	7.972.046.479	4.015.301.235	101%	100,00%

Fonte: SIAFI

Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição

Nota 08 – Passivo Circulante

As obrigações da ANTT estão evidenciadas por valores já conhecidos e registrados com suporte em documento hábil próprio. O reconhecimento das obrigações por regime de competência tem sido um critério adotado visando a evidenciação tempestiva das informações quando de conhecimento da GEORF, de forma especial no tocante às obrigações de Pessoal, Fornecedores e Contas a Pagar.

Tabela 14 – Passivo Circulante – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar CP	26.896.833	26.700.411	0,74%	5,06%
Fornecedores e Contas a Pagar CP	3.531.006	7.719.891	-54,26%	0,66%
Obrigações Fiscais CP	-	-	-	0,00%
Demais Obrigações a Curto Prazo	501.017.657	520.131.294	-3,67%	94,27%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	531.445.496	554.551.595	-4,17%	100,00%

Fonte: SIAFI

O saldo de passivo em “Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial a Pagar”, se deve essencialmente aos valores de Salários e Ordenados cuja compensação das ordens bancárias ocorre somente no primeiro dia útil do mês subsequente.

A variação negativa de Fornecedores a Pagar se deve à efetivação das despesas apropriadas em 2024, em que se priorizou a realização dos pagamentos ainda no exercício corrente. Dessa forma, os compromissos financeiros reduziram-se em relação ao exercício anterior.

O item “Demais Obrigações a Curto Prazo” é composto em 94% pelo registro de receitas antecipadas de concessões de ferrovias recebidas nos exercícios de 2020 e 2022, as quais estão classificadas em curto e longo prazo, de acordo com a data de realização das parcelas vincendas. Este saldo tende a reduzir a cada exercício, em função da ocorrência dos fatos geradores das parcelas antecipadas, as quais possuem vencimentos trimestrais.



Tabela 15 – Demais Obrigações CP – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
RUMO MALHA PAULISTA S.A. 02.502.844/0001-66	214.182.069	237.827.770	46,45%	2,88%
RUMO MALHA CENTRAL S.A. 33.572.408/0001-97	184.385.024	204.735.727	39,99%	2,48%
VALE S.A. 33.592.510/0001-54	62.533.399	69.442.263	13,56%	0,84%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	461.100.491	512.005.759	-	6,20%

Fonte: SIIFI

Nota 09 – Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante compõe-se em sua totalidade pelos valores das parcelas vincendas de receitas antecipadas das concessões de ferrovias da Estrada de Ferro Carajá – EFC realizada em 2022 pela VALE S.A. e as ferrovias das Malhas Sul e Paulista realizada em 2020 pela empresa RUMO S.A.

A empresa VALE S.A realizou nova antecipação de recursos em 2024, com recolhimento de R\$ 4 bilhões em favor da ANTT em 30/12/2024 a título de Ajuste Regulatório Preliminar nos termos contratuais da concessão da Estada de Ferro Carajá.

Tabela 16 – Demais Obrigações LP – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
CIA RIO TERESÓPOLIS 00.938.574/0001-05	440.951.835	-	-	5,93%
RUMO MALHA PAULISTA S.A. 02.502.844/0001-66	1.401.691.277	-	-	18,84%
RUMO MALHA CENTRAL S.A. 33.572.408/0001-97	1.052.765.066	3.460.749.640	-	14,15%
VALE S.A. 33.592.510/0001-54	4.545.192.806	-	-	61,09%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	7.440.600.983	3.460.749.640	-	94,1%

Fonte: SIIFI

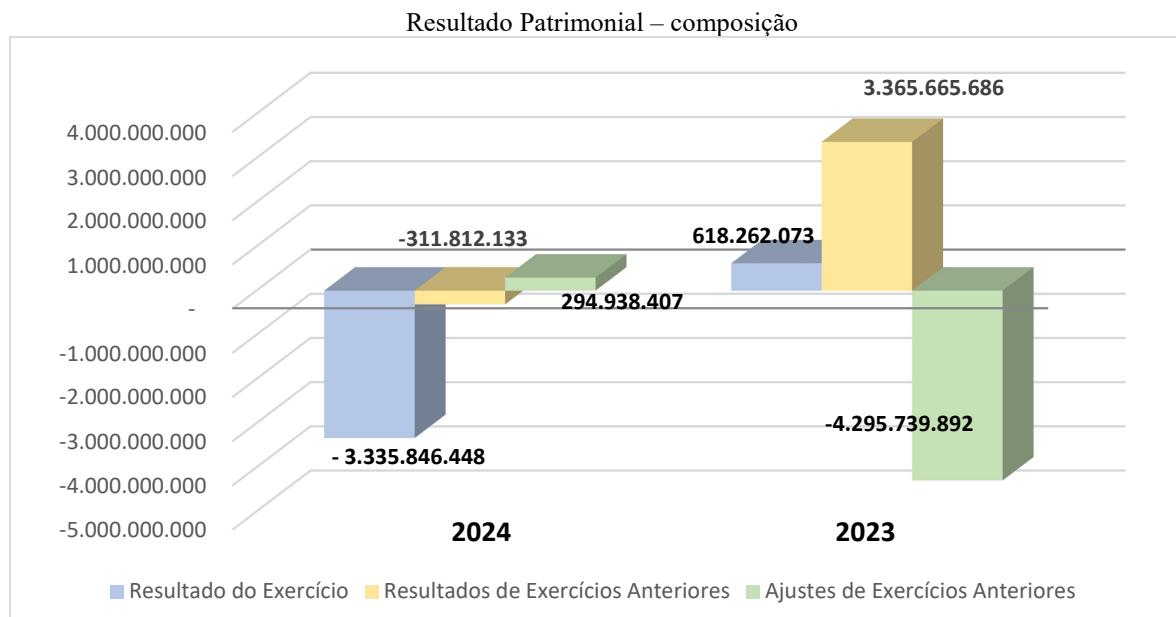
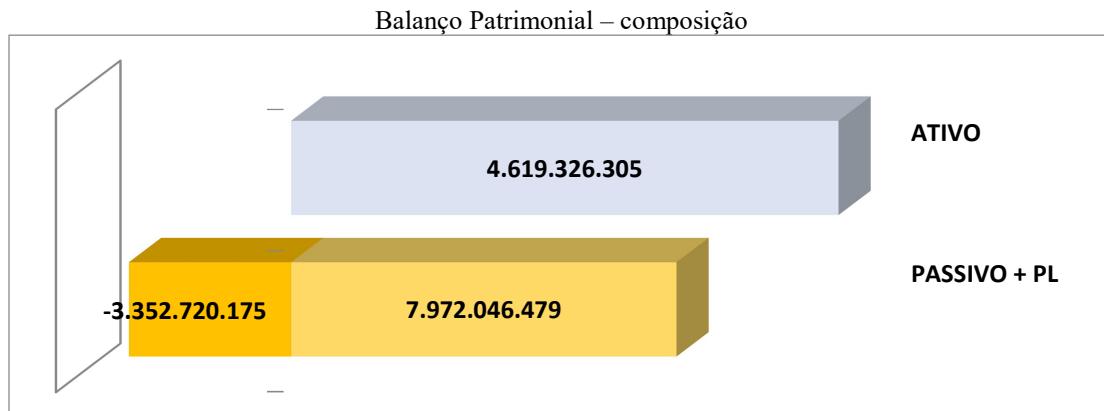
As reclassificações do longo prazo (não circulante) para o curto prazo (circulante) destes valores de antecipação serão realizadas de acordo com os vencimentos das parcelas e o encerramento trimestral dos demonstrativos, até que se amortizem as totalidades das obrigações.

Nota 10 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é composto pelo resultado apurado no período, acrescendo-se o resultado apurado em exercícios anteriores, além dos ajustes realizados sobre eventos de exercícios anteriores. Em decorrência da incorporação do passivo devido ao adiantamento de recursos financeiros no valor de R\$ 4 bilhões por parte da VALE S.A., o valor do Passivo ficou superior ao valor do Ativo, incorrendo na situação de Passivo a Descoberto.

Tabela 17 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Resultado do Exercício	- 3.335.846.448	618.262.073	-639,55%	99,50%
Resultados de Exercícios Anteriores	- 311.812.133	3.365.665.686	-109,26%	9,30%
Ajustes de Exercícios Anteriores	294.938.407	- 4.295.739.892	-106,87%	-8,80%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	- 3.352.720.175	- 311.812.133	975,24%	100%



Nota 11 – Passivos Contingentes

O saldo de Passivos Contingentes se refere ao valor da ação ordinária ajuizada contra a ANTT por parte da Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo LTDA. Este registro está classificado como contingente com base nas definições do item 17.1 do MCASP, por se tratar de “uma obrigação presente resultante de eventos passados, da qual não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação” e nem prazo para pagamento.

Sobre a Concessionária Rio-Teresópolis – CRT, o valor foi transferido para o passivo exigível, classificado em passivo de longo prazo, uma vez que foi concluído o encontro de contas decorrente do encerramento do Contrato de Concessão Nº PG-156/95-00 (Processo 50500.068890/2022-16), conforme Deliberação ANTT nº 248/2023.



Em relação ao valor de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro da Companhia de Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. – CONCER (Contrato Nº PG/138/95-00 – Termo Aditivo Nº 12/2014), a atualização se reverteu para ativo contingente.

Tabela 18 – Passivos Contingentes – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
00.880.446/0001-58 CONCER – Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora	-	420.923.809	-	-
00.938.574/0001-05 CRT Cia Rio-Teresópolis	-	844.985.289	-	-
76.080.738/0001-78 EUCATUR-Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo	308.000.000	308.000.000	-	100,00%
TOTAL DO PASSIVO CONTINGENTE	308.000.000	1.573.909.098	-	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 12 – Ativos Contingentes

O registro de Ativos Contingentes se refere ao valor de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro da Companhia de Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. – CONCER (Contrato Nº PG/138/95-00 – Termo Aditivo Nº 12/2014), cujo encontro de contas se reverteu em favor da ANTT, passando do passivo para o ativo contingente. Os demais registros tiveram seus saldos zerados pelos seguintes motivos:

- ✓ CONCEPA: baixa dos valores relativos ao ajuste final do Contrato Nº PG/016/97-00 – Termo Aditivo Nº 13/2014, visto que o processo se encontra em dívida ativa.
- ✓ CCR PONTE / PRN e NOVA DUTRA: os valores foram migrados para o Ativo, em créditos a receber de longo prazo, devido à conclusão das apurações do encontro de contas e os respectivos fatos geradores constituídos mediante as deliberações da ANTT publicadas no Diário Oficial da União.

Tabela 19 – Ativos Contingentes – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
00.358.042/0001-07 PRN CONCESSOES E PARTICIPACOES LTDA	-	4.214.045	-	-
00.861.626/0001-92 - ND CONCESSOES E PARTICIPACOES LTDA	-	130.288.231	-	-
01.654.604/0005-48 CONCESSIONÁRIA RODOV. OSÓRIO PORTO ALEGRE S.A. – CONCEPA	-	236.838.387	-	-
00.880.446/0001-58 CONCER – COMPANHIA DE CONCESSÃO RODOVIARIA JUIZ DE FORA	515.026.397	-	-	100,00%
TOTAL DO ATIVO CONTINGENTE	515.026.397	371.340.663	-	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 13 – Obrigações Contratuais

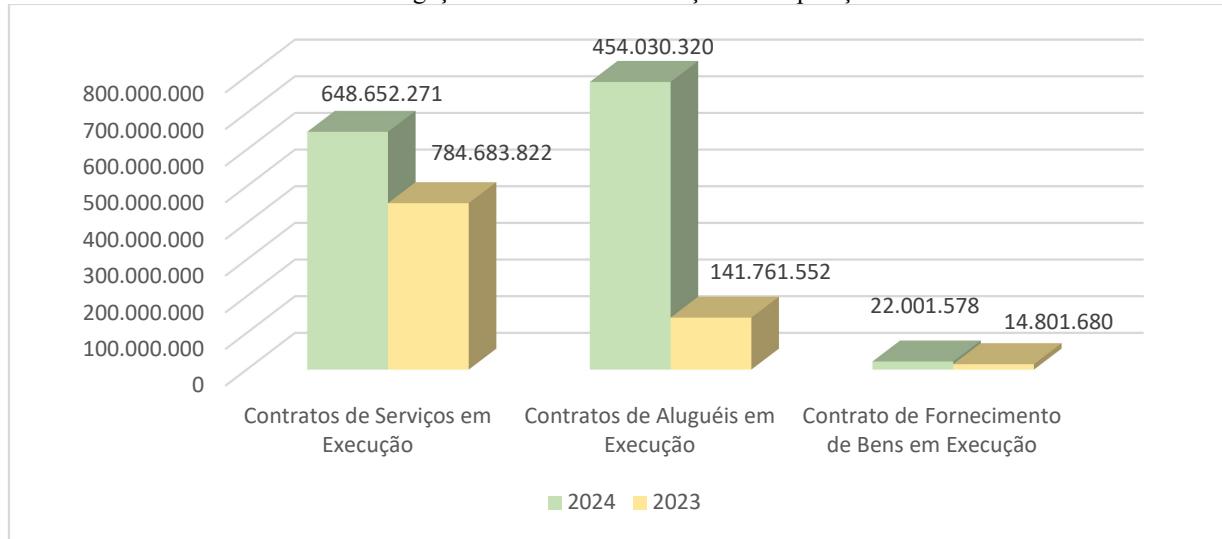
Os saldos das obrigações contratuais vigentes da ANTT estão evidenciados na classe de atos potenciais e se referem a contratos de serviços, aluguéis e de fornecimento de bens, conforme Tabela 18.

20 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Contratos de Serviços em Execução	648.652.271	454.030.320	42,87%	44,57%
Contratos de Aluguéis em Execução	784.683.822	141.761.552	453,52%	53,92%
Contrato de Fornecimento de Bens em Execução	22.001.578	14.801.680	48,64%	1,51%
TOTAL DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	1.455.337.670	610.593.552	23,00%	100,00%

Fonte: SIAFI

Obrigações contratuais – variação e composição



Nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

Tabela 21 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33.637.040	7.689.286	337,45%	0,52%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.336.595.552	1.302.834.159	309,61%	82,12%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	56.486	514.591	-89,02%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	803.488.946	606.705.567	32,43%	12,36%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	1.728.553	5.034.713	-65,67%	0,03%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	323.388.397	377.498.989	-14,33%	4,98%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.498.894.974	2.300.277.305	182,53%	100%

Fonte: SIAFI

14.1 A VPA de Tributos se refere à arrecadação de taxa de fiscalização do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros), prevista na Lei nº 12.996/2014 e regulamentados por meio da Resolução ANTT nº 4.936/2015. Entretanto, em 05/01/2022 a Lei 14.298/2022 revogou o inciso III e § 3 do art. 77 que tratava da referida taxa de fiscalização. Assim os valores arrecadados estarão relacionados aos fatos geradores ocorridos até fevereiro de 2022. Ressalte-se que esta VPA apresenta o valor bruto arrecadado, já o Balanço Orçamentário apresenta esta mesma receita considerando apenas o valor líquido em favor da ANTT, onde são descontados os 30% da DRU (Desvinculação de Receita da União) e outras deduções da receita que porventura houver.

14.2 A VPA classificada como Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos se refere às receitas de concessões e outorgas ferroviárias e rodoviárias (cujas nomenclaturas no Balanço Orçamentário são Receitas Patrimonial e de Serviços, respectivamente). A variação de 309,61% se deve ao pagamento antecipado de R\$ 4 bilhões por parte da Vale S.A. a título de Ajuste Regulatório Preliminar nos termos contratuais.

14.3 As VPA's Financeiras se referem aos juros e encargos de mora das multas contratuais aplicadas às concessionárias. A variação negativa de -89,02% demonstra que no exercício atual houve redução no montante de pagamentos relativo a multas contratuais.

14.4 As Transferências e Delegações Recebidas são os valores recebidos pela STN decorrentes das programações financeiras para pagamento das despesas de pessoal e de custeio referentes às Fontes Tesouro relativas ao exercício e Restos a Pagar. Estão registradas também as doações e transferências mobiliárias concedidas internamente entre as UGs por meio do SIADS, motivo pelo qual há a compensação de movimentação patrimonial tanto na VPD, quanto na VPA.

14.5 A Valorização e Ganhos com Ativos é composta pelas aquisições registrados no SIADS por meio de Nota de Lançamento referente à incorporação de material gráfico, cuja aquisição orçamentária é registrada como serviço, porém, a sua essência se refere a um bem patrimonial em estoque. Foram incorporados também as aquisições de mouse e teclado no estoque de almoxarifados.

14.6 O item Outras Variações Patrimoniais Aumentativas é composto pela arrecadação de multas de poder de polícia decorrentes das infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros/cargas, também, pelo registro de inscrição de valores da dívida.

Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas

Tabela 22 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Pessoal e Encargos	254.673.977	251.743.727	1,16%	2,59%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	32.457.365	29.843.702	8,76%	0,33%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	274.517.291	290.345.156	-5,45%	2,79%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	28.558.220	11.145.472	156,23%	0,29%
Transferências e Delegações Concedidas	5.182.471.314	978.554.679	429,60%	52,70%
Desvaloriz./Perda Ativos, Incorp. Passivos	4.057.185.749	116.335.538	3387,49%	41,25%
Tributárias	4.561.684	4.000.020	14,04%	0,05%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	315.822	46.938	572,85%	0,00%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	9.834.741.422	1.682.015.232	484,70%	100%

Fonte: SIAFI

15.1 Pessoal e Encargos: VPDs que se referem à remuneração de pessoal ativo civil relativos aos vencimentos, abonos, adicionais, gratificações, férias, 13º salário, indenizações, sentenças judiciais, encargos e benefícios relativos a auxílios transporte, alimentação, moradia; saúde etc.

15.2 Benefícios Previdenciários e Assistenciais: são VPDs decorrentes das aposentadorias, pensões, gratificações, auxílio natalidade, dentre outros.

15.3 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: VPDs referentes a despesas administrativas de manutenção do órgão e os serviços de natureza continuada, além das variações decorrentes das depreciações de bens móveis e, em menor proporção, da amortização de bens intangíveis.

15.4 Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras se referem aos descontos financeiros concedidos nos pagamentos de multas aplicadas pela ANTT, destacando-se duas situações específicas. A primeira é o desconto de 20% quando o pagamento for realizado até a data do vencimento para as multas de excesso de peso, conforme Código de Trânsito Brasileiro – CTB. A outra é decorrente da previsão da Resolução da ANTT nº 5.083/2016, cujo art. 86 dispõe sobre a concessão de desconto de 30% ao valor da multa na hipótese de o infrator renunciar expressamente o direito de interpor recurso administrativo. Assim, na medida em que os pagamentos das multas forem realizados neste tipo de condição, haverá o aumento desta VPD.

15.5 Transferências e Delegações Concedidas se referem aos sub-repasses de valores (RP e exercício) transferidos por meio de Programação Financeira para as Unidades Regionais. Estão registrados também as doações e transferências mobiliárias concedidas internamente entre as UGs por meio do SIADS. Verifica-se que a quase totalidade desta VPD – a maioria se refere à compensação de movimentação patrimonial relativa às arrecadações de receita orçamentárias,

15.6 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos: a maior parte desta VPD se refere aos valores de honorários advocatícios decorrentes dos códigos de recolhimento da dívida ativa da ANTT, no qual há a destinação do recurso para a AGU. Houve também a desincorporação por perdas involuntárias com imobilizados. O principal fato que impactou na variação acentuada se deve ao reconhecimento da antecipação de R\$ 4 bilhões, recolhidos pela VALE S.A a título de ajuste regulatório preliminar.

15.7 Tributárias: VPDs decorrentes de pagamento de impostos (IPTU) e contribuições para serviço de iluminação pública cobradas sobre as faturas de energia elétrica das unidades organizacionais da ANTT. Refere-se também à contribuição social do PIS/PASEP, cujo recolhimento é de 1% sobre a receita corrente da Agência, conforme prevê a Lei nº 9.715/1998.

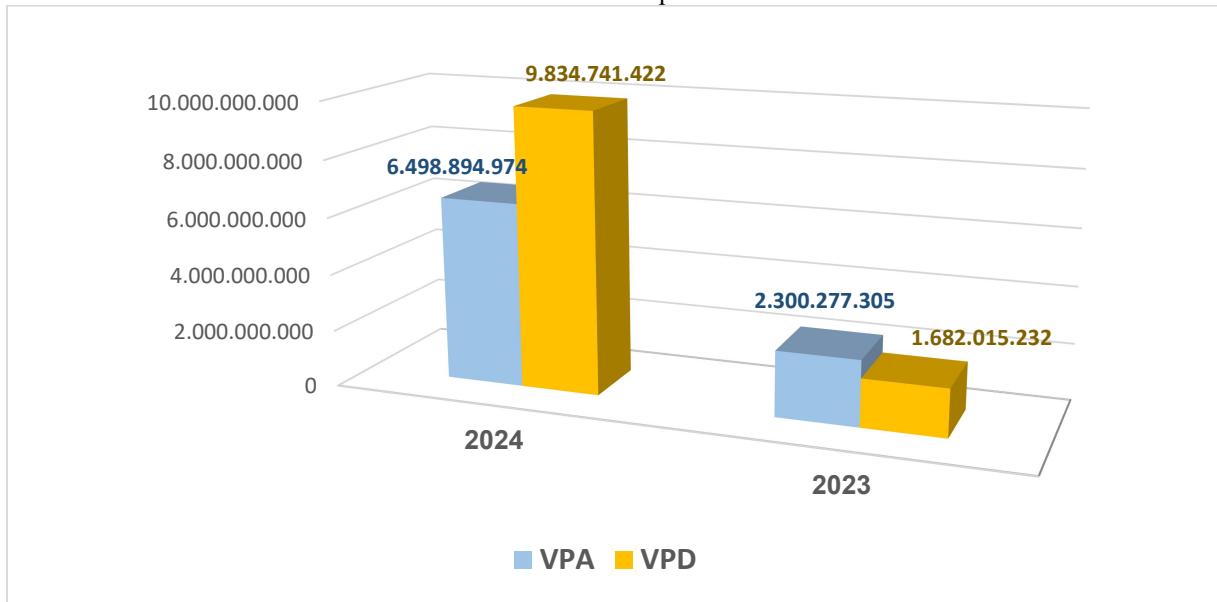
15.8 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: corresponde às VPDs decorrentes de indenizações e restituições concedidas pela ANTT referentes a: bolsas de estudo de idiomas a servidores; ajudas de custo; resarcimento de despesas com passagem aérea; pagamento de per capita referente ao convênio de adesão com a GEAP.

Tabela 23 – Resultado Patrimonial do Período – Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH
Variação Patrimonial Aumentativa - VPA	6.498.894.974	2.300.277.305	182,53%
Variação Patrimonial Diminutiva - VPD	9.834.741.422	1.682.015.232	484,70%
	-3.335.846.448	618.262.073	-639,55%

Fonte: SIAFI

Resultado Patrimonial – comparativo VPA e VPD



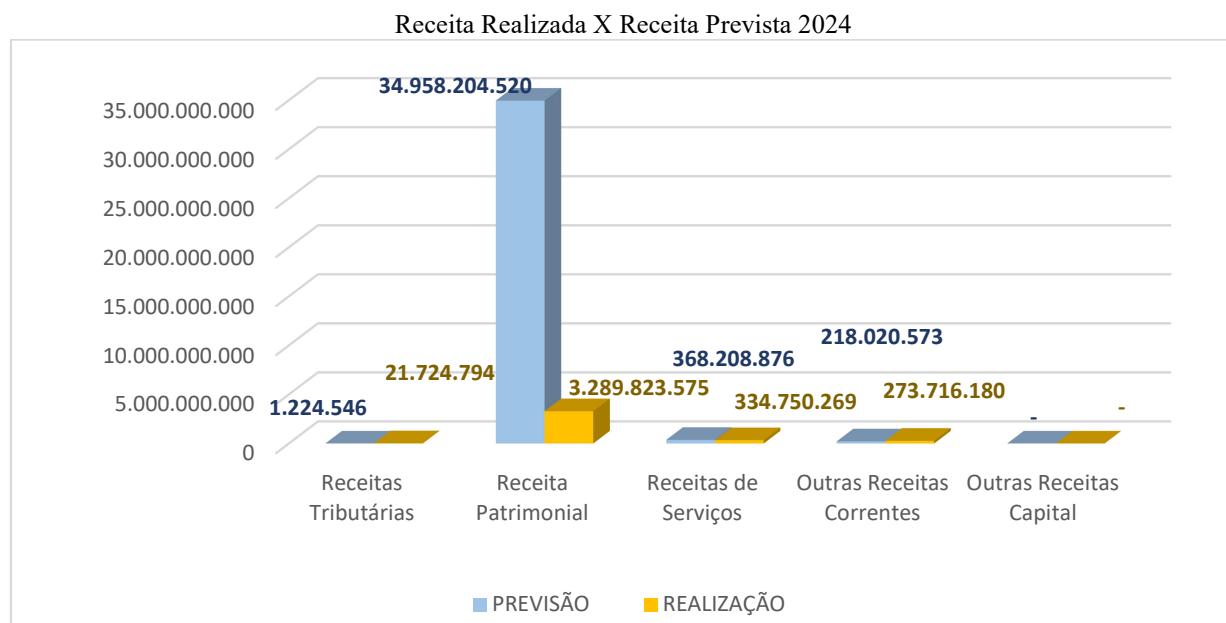
Nota 16 – Receitas Orçamentárias

A receita arrecadada no período atingiu 11,03% em relação à previsão orçamentária (Tabela 24). Quanto à receita patrimonial, será apresentada no item 16.2 uma análise mais detalhada sobre a sua real capacidade de realização, tendo em vista a previsão vultosa de R\$ 34,5 bilhões da natureza de receita 13320201 (Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário), cuja projeção foi incluída pelas setoriais de orçamento dos órgãos Central e Superior.

Tabela 24 – Receita Orçamentária – Realização

	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	% de Realização
Receitas Tributárias	1.224.546	21.724.794	20.500.248	1774,11%
Receita Patrimonial	34.958.204.520	3.289.823.575	-31.668.380.945	9,41%
Receitas de Serviços	368.208.876	334.750.269	-33.458.607	90,91%
Outras Receitas Correntes	218.020.573	273.716.180	55.695.607	125,55%
Receitas de Capital	-	-	-	-
TOTAL	35.545.658.515	3.920.014.818	-31.625.643.697	11,03%

Fonte: SIAFI



16.1 As receitas da ANTT que têm origem tributária se referem às taxas de fiscalização do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros. O Balanço Orçamentário demonstra no campo “Receita Realizada” o valor líquido efetivamente arrecadado em favor da ANTT, já deduzido da DRU e de outros abatimentos que porventura houver. Lembrando que esta arrecadação dessas taxas está ocorrendo de forma residual, visto que a sua cobrança foi revogada em 05/01/2022. A realização da recita excedente em 1774% em relação ao previsto, se deve à imprevisibilidade da quitação das taxas exigidas antes da revogação.

16.2 As Receitas Patrimoniais são decorrentes das arrecadações de outorgas/concessões de ferrovias e outorgas de serviços de transportes de passageiros. Para fins de análise gerencial, convém apresentar de forma mais detalhada as naturezas de receitas para o enquadramento mais preciso do percentual de realização, conforme se verifica abaixo:

Tabela 24.a – Receita Orçamentária Patrimonial – Índice de Realização da Natureza de Receita

Natureza Receita	Descrição	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	% de Realização
13310201	Delegação p/ Prestação Serviços de Transporte Ferroviário	455.872.631	3.289.823.575	2.833.950.944	721,65%

A natureza de receita 13310201 apresentou uma realização superior em 721,65% em relação ao previsto. Esse resultado decorreu do recolhimento de antecipação de pagamento de R\$ 4 bilhões por parte da Vale S.A. a título de Ajuste Regulatório Preliminar nos termos contratuais de concessão Estrada de Ferro Carajá.

Outra perspectiva sobre a capacidade de realização da NR 13310201, pode ser a análise dos valores arrecadados, sem considerar o valor recolhido pela Vale S.A., o qual não estava previsto na estimativa. Assim o índice de realização passaria a ser de 107,45%.

Tabela 24.b – Receita Orçamentária Patrimonial – Índice de Realização da Natureza de Receita detalhada

Natureza Receita	Descrição	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	% de Realização
13310201	Delegação p/ Prestação Serviços de	455.872.631	489.823.575	33.950.944	107,45%

Transporte Ferroviário	-	2.800.000.000	2.800.000.000	-
------------------------	---	---------------	---------------	---

Frise-se que, a partir de 20/12/2024 até a data de 31/12/2032, as receitas patrimoniais sofrerão a desvinculação de 30% do valor arrecadado, conforme Emenda Constitucional nº 135 de 20/12/2024. Portanto, dos quatro bilhões citados, ingressaram-se apenas 70% em favor da ANTT, ou seja, o valor de dois bilhões e oitocentos milhões de reais.

16.3 As Receitas de Serviços são decorrentes da verba anual das concessionárias de rodovias e ferrovias, destinadas a cobrir despesas com fiscalização das concessões. Em proporção menor, estas receitas decorrem também da arrecadação de emolumentos de cargas/passageiros.

16.4 Outras Receitas Correntes: compõem-se das multas aplicadas pelo Poder de Polícia decorrentes das infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros/cargas internacionais e interestaduais; e das multas contratuais regulatórias aplicadas às concessionárias.

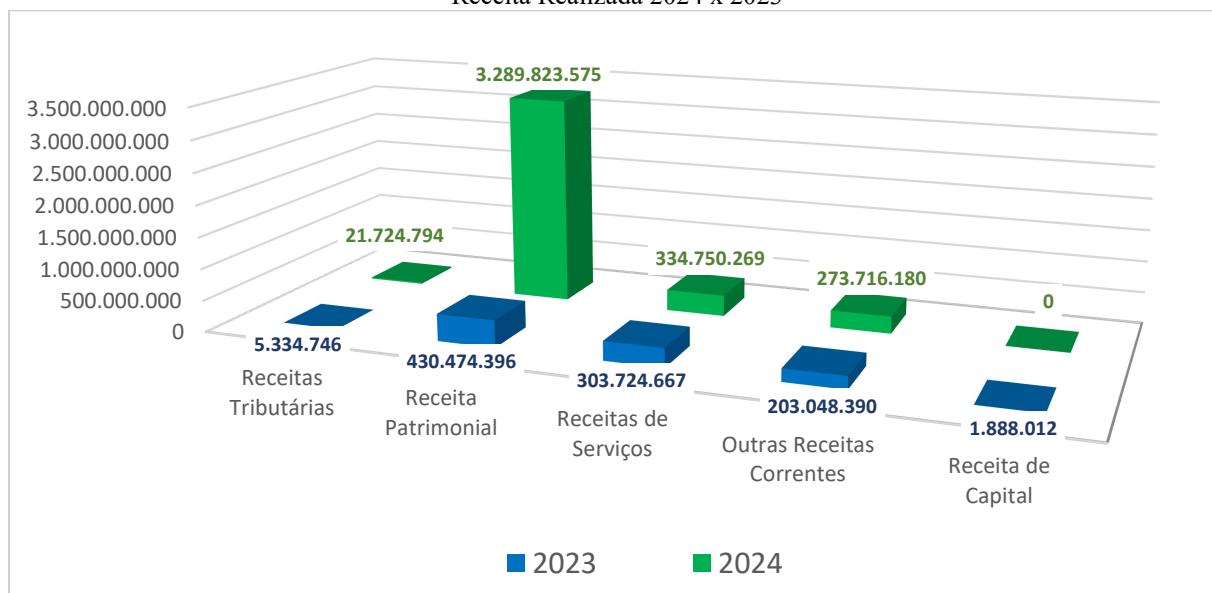
16.5 Receitas de Capital: Não houve previsão e nem realização para essa receita orçamentária.

A tabela seguinte demonstra o comparativo do comportamento da receita realizada em 2024 em relação ao exercício anterior, por tipo de receita.

25 – Receita Orçamentária – Comparativo

	31/12/2024	31/12/2023	AH	AV
Receitas Tributárias	21.724.794	5.334.746	307,23%	0,55%
Receita Patrimonial	3.289.823.575	430.474.396	664,23%	83,92%
Receitas de Serviços	334.750.269	303.724.667	10,22%	8,54%
Outras Receitas Correntes	273.716.180	203.048.390	34,80%	6,98%
Receitas de Capital	-	1.888.012	-	-
TOTAL	3.920.014.818	944.470.211	315,05%	100,00%

Receita Realizada 2024 x 2023



Nota 17 – Despesas Orçamentárias

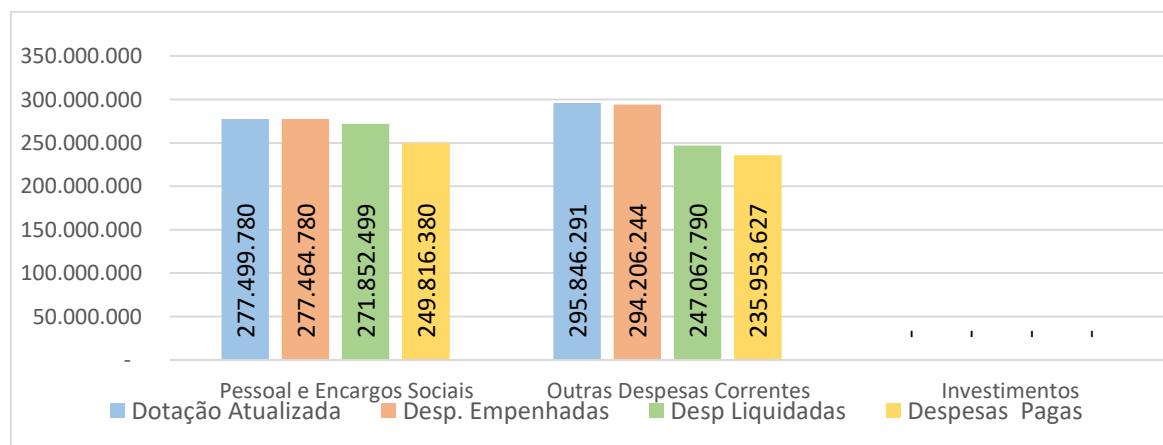
As despesas empenhadas no exercício são consideradas como executadas no âmbito orçamentário. O grupo de Outras Despesas Correntes se refere aos serviços continuados, de apoio de manutenção do órgão correspondendo a 58,85% dos gastos, 1,20% de investimento e 47,951% de despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Tabela 26 – Despesa Orçamentária – Execução

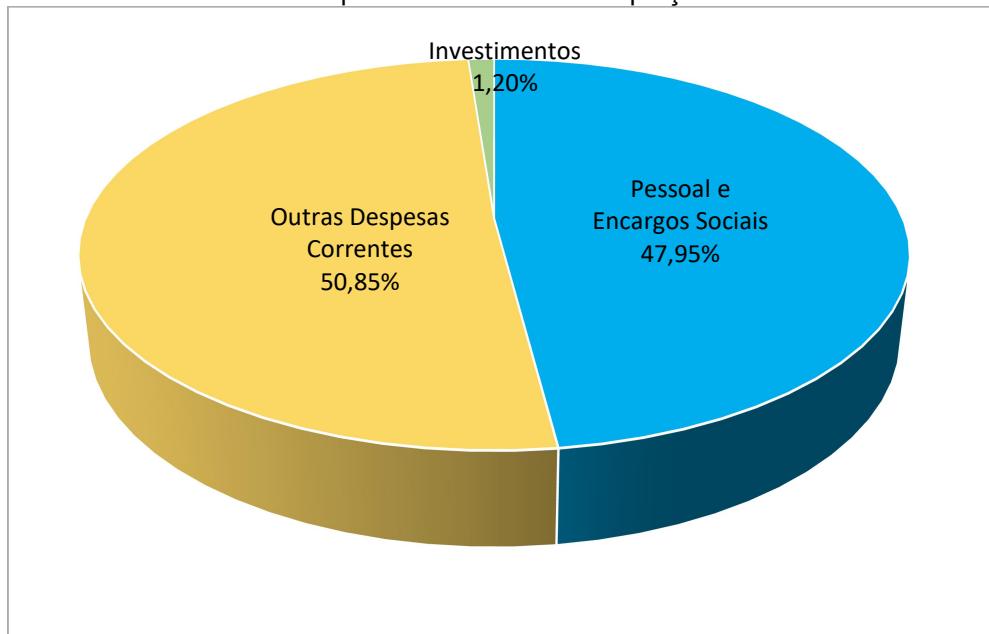
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Pessoal e Encargos Sociais	277.499.780	277.464.780	271.852.499	249.816.380	35.000
Outras Despesas Correntes	295.846.291	294.206.244	247.067.790	235.953.627	1.640.047
Investimentos	6.948.066	6.941.029	1.223.258	1.223.258	7.037
Subtotal das Despesas	580.294.137	578.612.053	520.143.547	486.993.265	1.682.084
Reserva de Contingência	35.200.005.647				35.200.005.647
TOTAL	35.780.299.784	578.612.053	520.143.547	486.993.265	35.201.687.731

Fonte: SIAFI

Despesas Executadas – Composição



Despesas Executadas – Proporção



Nota 17.1 – Índices Orçamentários

Tabela 27 – Resultado Orçamentário

Receita Realizada	3.920.014.818
Despesas Executadas	578.612.053
Superávit Orçamentário	3.341.402.765
% RESULTADO ORÇAMENTÁRIO NO EXERCÍCIO	577,49%

Fonte: SIAFI

Receita Realizada X Despesa Empenhada

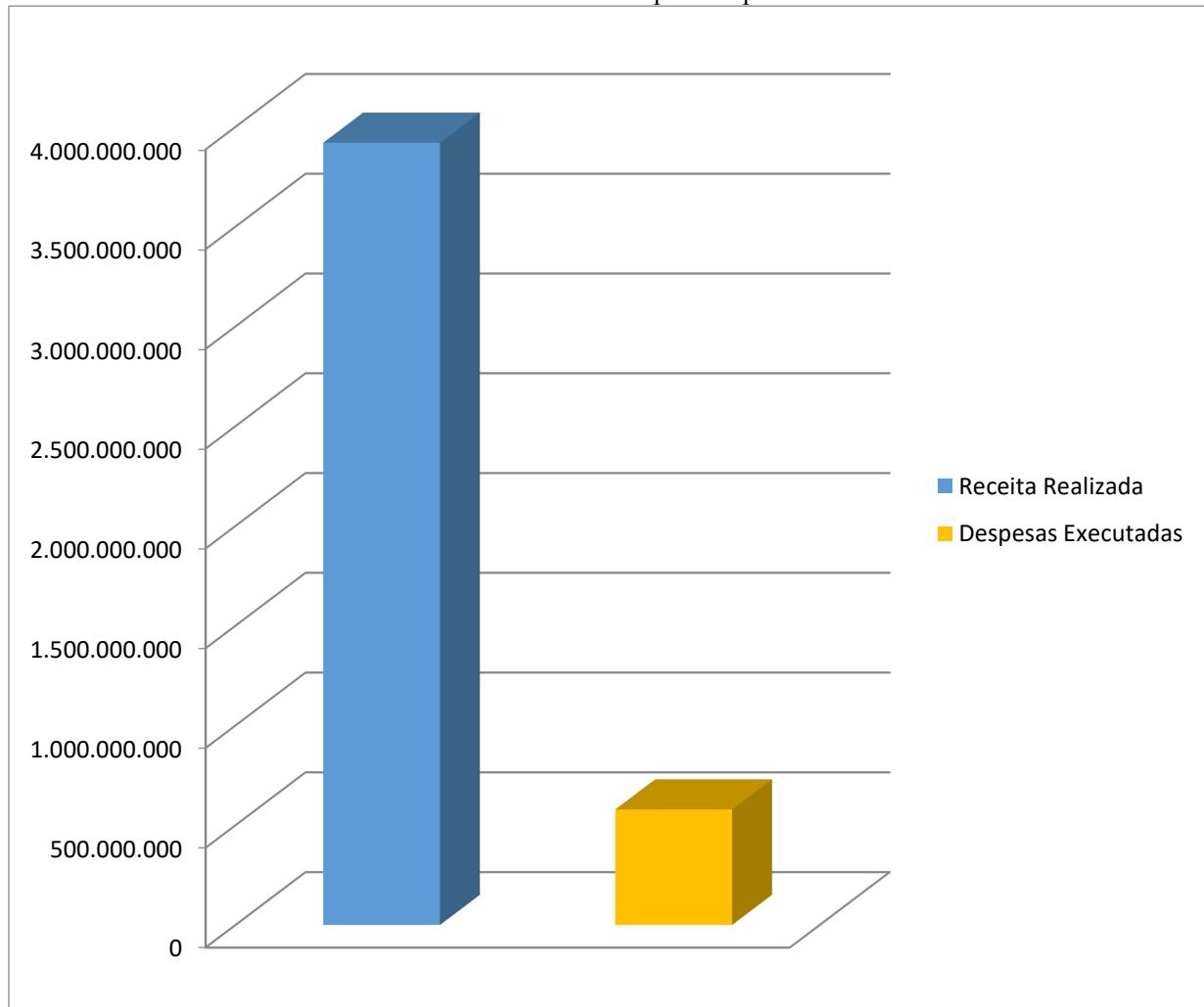


Tabela 27 –Desempenho da Arrecadação

Receita Realizada	3.920.014.818
Previsão da Receita	35.545.658.515
Desempenho da Arrecadação	-31.625.643.697
% DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO I	11,03%

Fonte: SIIFI

Receita Realizada X Receita Prevista

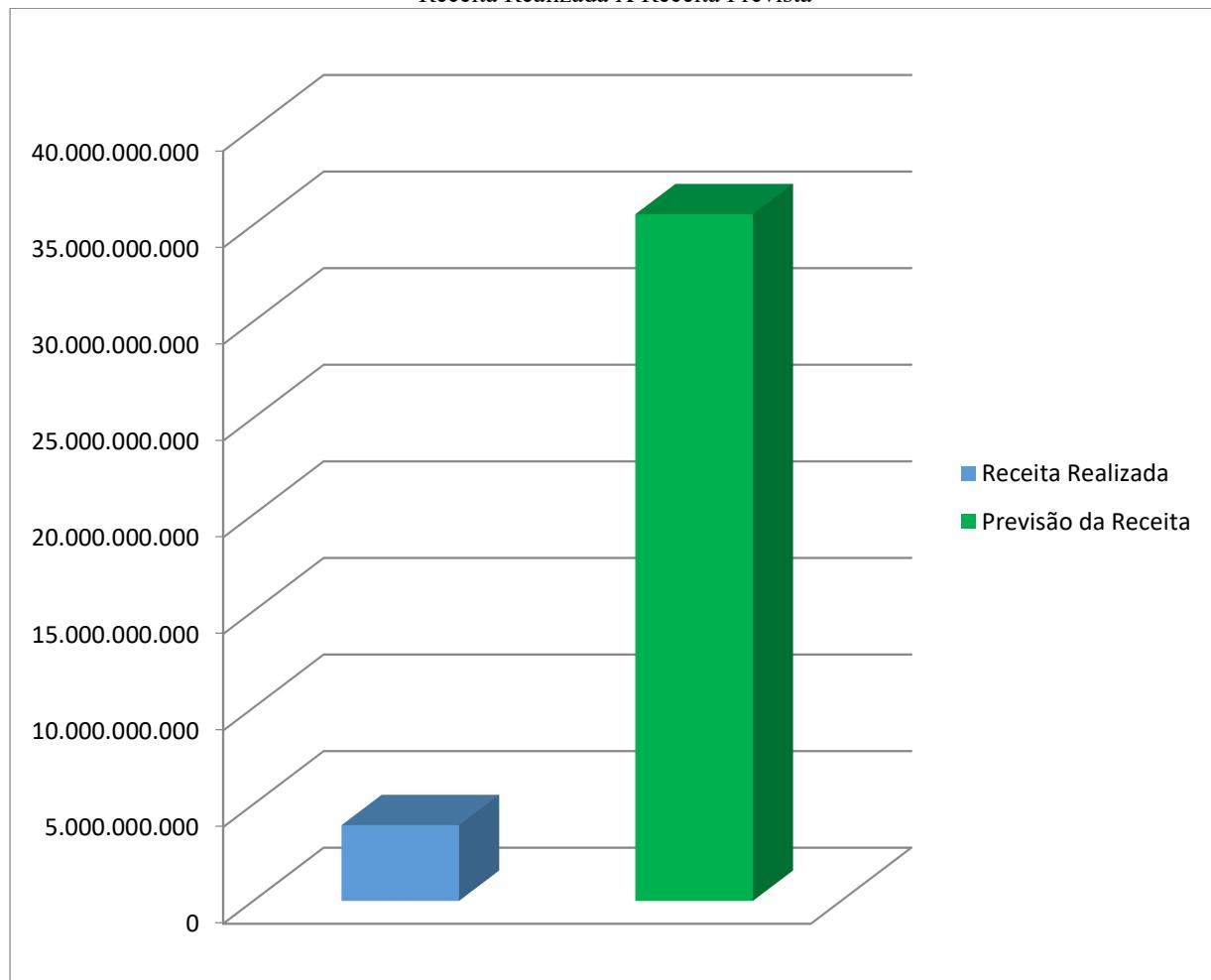


Tabela 27 –Desempenho da Arrecadação (sem a previsão de 34.500 trilhões) – Receita Patrimonial)

% DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO II	
Receita Realizada	3.920.014.818
Previsão da Receita (deduzida dos 34,500 trilhões)	1.045.658.515
Desempenho da Arrecadação	2.874.356.303
	374,88%

Fonte: SIIFI

Receita Realizada X Receita Prevista (deduzida dos 34.500 trilhões) Receita Patrimonial)

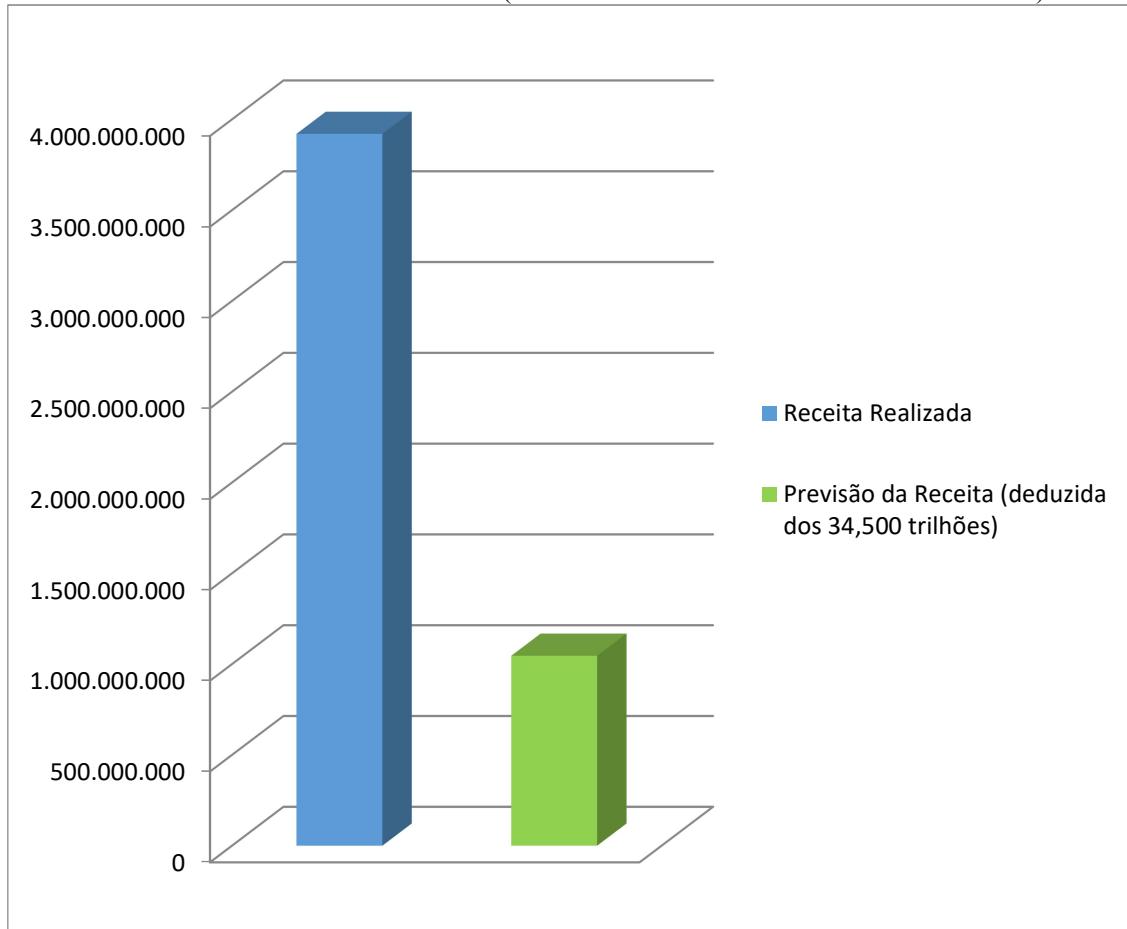
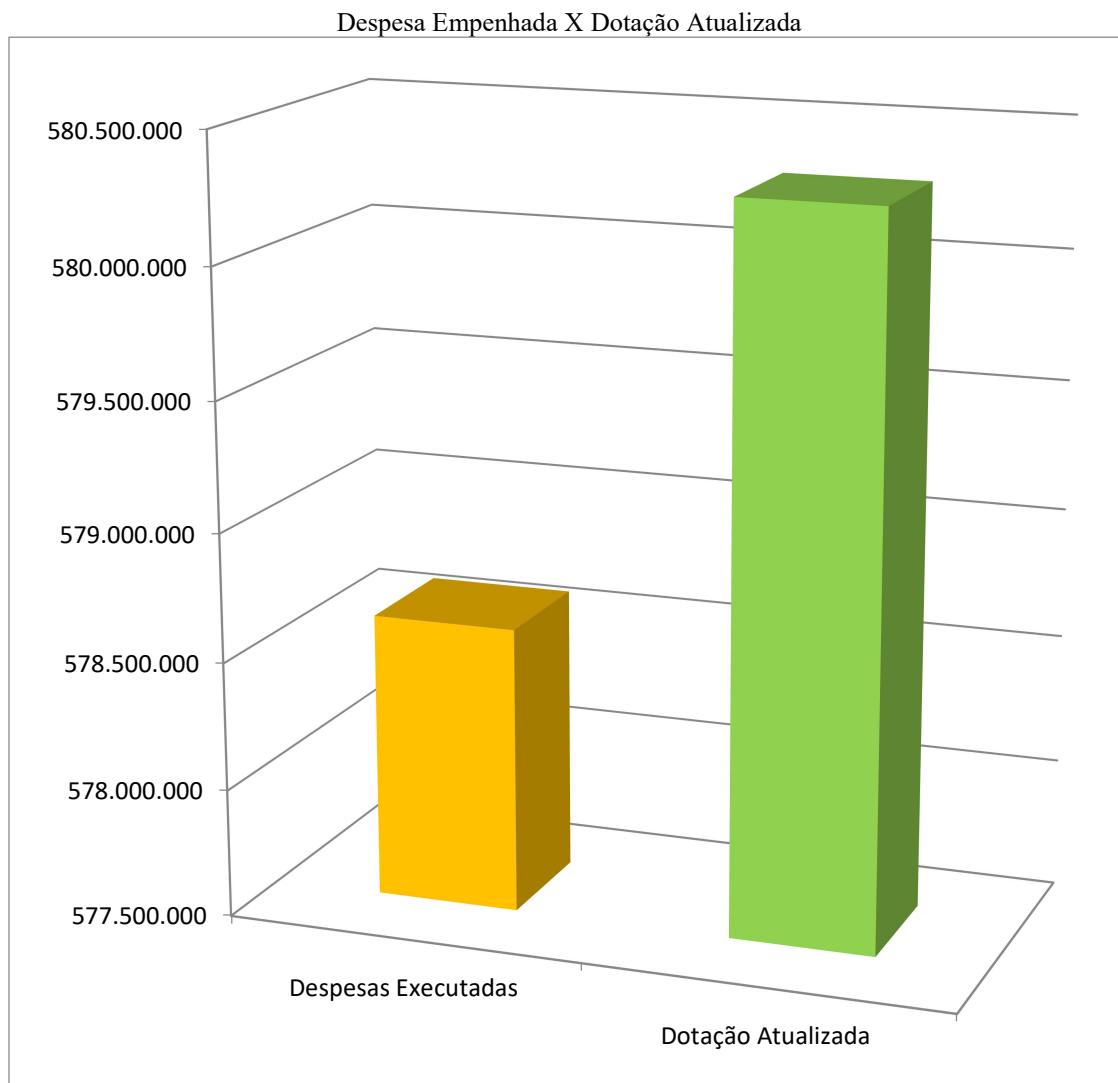


Tabela 27 – Execução da Despesa

Despesas Executadas	578.612.053
Dotação Atualizada	580.294.137
Saldo	-1.682.084
% EXECUÇÃO DA DESPESA	99,71%

Fonte: SIAFI



Nota 18 – Restos a Pagar

A situação do quadro de Restos a Pagar em 31/12/2024, demonstra:

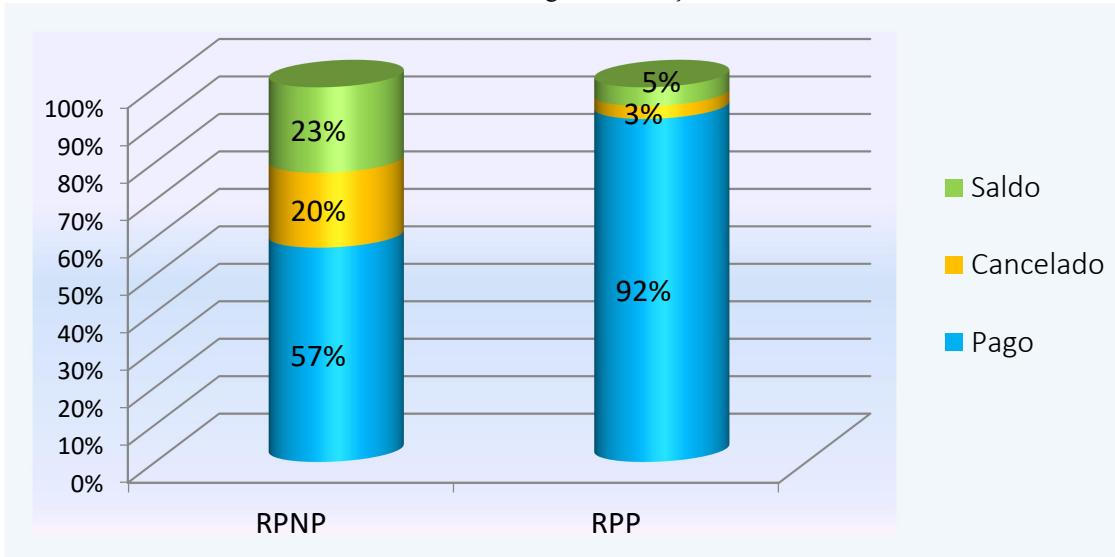
- ✓ Restos a Pagar Não Processados – RPNP: o saldo pendente de execução foi de 23%, sendo que o executado foi de 57% e o cancelado de 20% em relação ao total inscrito.
- ✓ Restos a Pagar Processados – RPP: o saldo pendente de pagamento foi de 5%, sendo que a execução foi de 90% e cancelamento de 5% em relação ao total inscrito.

Tabela 28 – Restos a Pagar – Execução

	Inscritos	Liquidados	Pago	Cancelado	Saldo
RPNP em 2023	81.800.710				
RPNP anterior a 2023	21.116.769	58.909.119	58.868.404	20.575.042	23.474.034
RPP em 2023	27.264.665				
RPP anterior a 2023	2.932.096		27.650.094	1.030.253	1.516.414
	133.114.240	58.909.119	86.518.498	21.605.295	24.990.448

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar – Execução



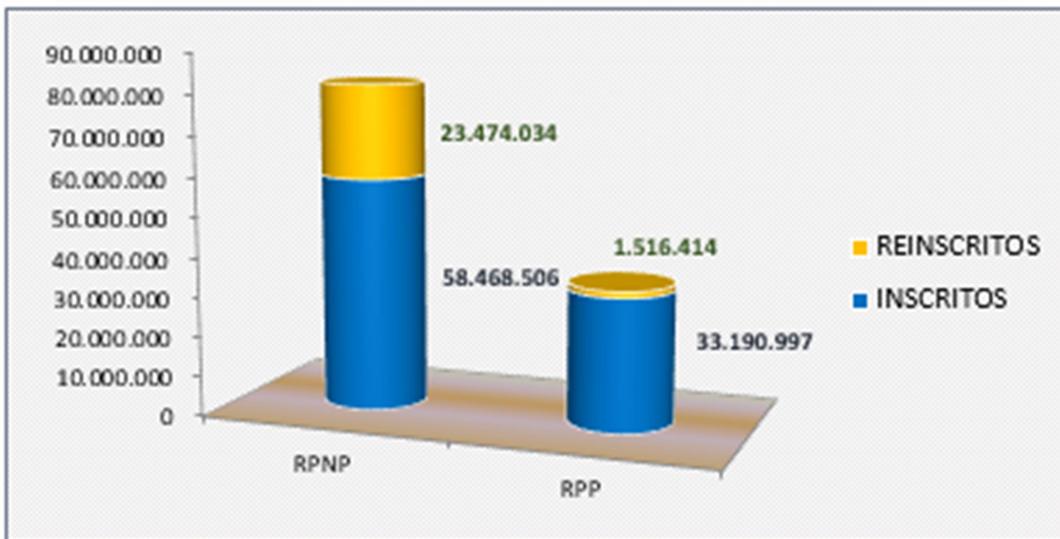
Já os restos a pagar referentes às notas de empenho do exercício de 2024, bem como os saldos pendentes de execução das notas de empenho de exercícios anteriores foram inscritos e reinscritos nos valores abaixo:

Tabela 29 - Restos a Pagar – Inscritos e Reinscritos em 2024

Descrição	Valor
RP NÃO PROCESSADOS 2024 INSCRITOS	58.468.506
RP NÃO PROCESSADOS - EXERCICIOS ANTERIORES - REEINSCRITOS	23.474.034
RP PROCESSADOS - INSCRITOS	33.190.997
RP PROCESSADOS - EXERCICIOS ANTERIORES - REEINSCRITOS	1.516.414
	116.649.951

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar – Inscritos e Reinscritos em 2024



Nota 19 – Movimentação Financeira

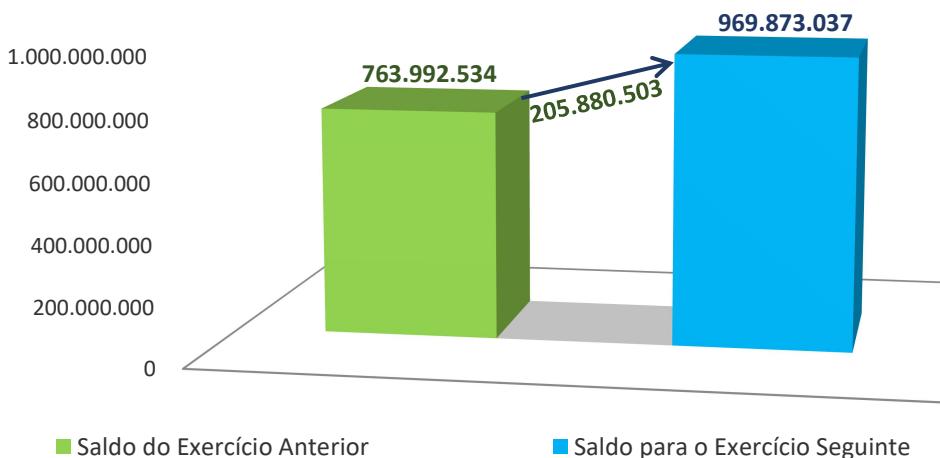
O resultado da movimentação de recursos financeiros no exercício de 2024 apresentou a variação de 26,95%, com aumento de R\$ 205.880.503 de recursos no Caixa da ANTT (Tabela 30).

Tabela 30 –Caixa e Equivalente de Caixa – Variação

	31/12/2024	31/12/2023	AH %	AH R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	969.873.037	763.992.534	26,95%	205.880.503

Fonte: SIAFI

Variação do Caixa e Equivalente de Caixa



O Balanço Financeiro – BF demonstra que, em comparação ao mesmo período no exercício anterior, as receitas orçamentárias tiveram um acréscimo de 315,05% e as despesas uma redução de 3,33%.

Cabe lembrar que o BF considera como Despesas Orçamentárias todo o valor empenhado, independente de liquidação ou pagamento.



Já a Receita Orçamentária é a efetivamente arrecadada. Este demonstrativo registra como pagamentos extraorçamentários o pagamento do RP processados e não processados, por se tratar de execução de orçamento do exercício anterior.

Tabela 31 – Balanço Financeiro – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023	AH
Receitas Orçamentárias	3.920.014.818	944.470.211	315,05%
Despesas Orçamentárias	578.612.053	598.533.318	-3,33%
Transferências Financeiras Recebidas	801.983.603	606.705.567	32,19%
Transferências Financeiras Concedidas	5.178.975.040	977.887.653	429,61%
Recebimentos Extraorçamentários	1.330.882.678	113.490.188	1072,69%
Pagamentos Extraorçamentários	89.413.504	88.510.534	1,02%
Resultado Financeiro	205.880.503	(265.540)	

Fonte: SIAFI

A conciliação entre o resultado do Balanço Financeiro - BF e do Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC confirma a variação da movimentação financeira nos períodos.

Tabela 32 – Demonstração do Fluxo Financeiro – Variação e Composição

	31/12/2024	31/12/2023
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	205.880.503	-265.540
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	763.992.534	764.258.074
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	969.873.037	763.992.534

Nota 20 – Resultado Financeiro do Balanço Patrimonial

De acordo com a Lei 4.320/1964, o superávit financeiro é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro (Tabela 33). No exercício de 2024 o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial foi superavitário em R\$ 827.943.434.

Tabela 33 – Superávit Financeiro – Ativo Financeiro x Passivo Financeiro

Ativo Financeiro	969.873.037
Passivo Financeiro	141.929.603
	827.943.434

Fonte: SIAFI

Este resultado é demonstrado também no anexo do BP mediante o demonstrativo dos recursos ordinários que são decorrentes dos valores disponíveis da fonte 1000 e dos recursos vinculados que se referem às demais fontes de arrecadação da ANTT.

Tabela 34 – Superávit Financeiro – Recursos Ordinários X Recursos Vinculados

Recursos Ordinários	-17.005.024
Recursos Vinculados	844.948.458
	827.943.434

Fonte: SIAFI

Outra perspectiva de análise deste resultado é pelo detalhamento de fonte de recursos.

Tabela 35– Superávit Financeiro – Por Fonte de Recursos

FONTE SOF	RESULTADO FINANCEIRO	SOMATÓRIO	RECURSOS
1000	-8.254.859	-17.005.024	Ordinários
3000	-8.750.165		
1001	-137.837		
1020	-25.092		
1050	874.372.257		
1051	2.644.321	844.948.458	Vinculados
1052	-31.557.053		
1053	-15		
1056	-348.122		
		827.943.434	

Fonte: SIAFI

Nota 21 – Conformidade Contábil

Diante das análises realizadas, pode-se afirmar que, em seus aspectos relevantes, as demonstrações contábeis da ANTT estão de acordo com os normativos vigentes. No entanto, cabe ressaltar que ainda há adequações a serem implementadas para garantir que os demonstrativos retratem a real situação patrimonial da Autarquia, que, dentre as principais, destacam-se:

- ✓ **Apropriação de despesas fora período de competência:** Processos de pagamentos apropriados no mês atual com fato gerador de períodos anteriores, não sendo possível atender ao princípio da competência bem função dos prazos ocorridos no fluxo dos processos de pagamento, porém há o esforço para que a defasagem das informações se atenuem por meio da apropriação com registro da VPD e da pré-liquidação da NE.
- ✓ **Receitas registradas fora do período de competência:** Atualmente as receitas registradas no SIAFI são realizadas por regime de caixa, não havendo ainda informações consolidadas para registro fidedigno destes valores por competência.
- ✓ **Falta atualização de Ativos Circulantes:** Ausência de registro dos créditos a receber de CURTO PRAZO, especialmente os decorrentes das multas aplicadas pela ANTT e os da Dívida Ativa, pois os sistemas atuais da ANTT e AGU não contemplam funcionalidades que permitam obter esta informação gerencial de forma integral e consolidada.
- ✓ **Falta de atualização de Ativos não Circulantes:** Ausência de registro dos créditos a receber de Longo Prazo, especialmente os decorrentes das multas aplicadas pela ANTT e os da Dívida Ativa, pois os sistemas atuais da ANTT e AGU não contemplam funcionalidades que permitam obter esta informação gerencial de forma integral e consolidada.
- ✓ **Falta avaliação de bens móveis/ intangíveis/outros:** Falta registrar reavaliação/redução a valor recuperável dos bens móveis; Falta registrar os softwares desenvolvidos internamente. Encaminhou-se orientação e alerta à área responsável para os procedimentos a serem adotados quando da implementação das funcionalidades no SIADS para permitir estes ajustes/controles.
- ✓ **Falta de atualização de informações da Dívida Ativa (Provisão de Ajuste para Perdas) e (falta de atualização mensal de juros e multas).** Suspensão do registro do Ajuste para Perdas da



dívida ativa não tributária devido ausência de dados para definição de critérios e metodologia que melhor retrate a real capacidade de recebimento. Ausência de atualização mensal dos valores inscritos em dívida ativa, devido à ausência de sistematização dos dados de forma a possibilitar a correta atualização monetária. A regularização dessas informações será contemplada por meio das providências relacionadas ao Relatório de Auditoria 004/2023 que avaliou os procedimentos de registros da Dívida Ativa Não Tributária com recomendações de medidas corretivas.

Brasília, 10 de fevereiro de 2025.

CLEIDES SILVA CAMPOS FONTENELE
Contadora Responsável
CRC DF 018229/O